



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROG
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PRESIDENTE DUTRA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	
Orgão/Entidade	UE MA
Processo nº	133700
Data	26/06/18
Assunto	Adus Facete
Rubrica	<i>[assinatura]</i>
Matrícula	

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
DO AGRONEGÓCIO**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO
PORTARIA Nº 001/2018 – Direção do CESP**

Profa. Tania Maria Cavalcante de Souza
Profa. Fabíola de Jesus Soares Santana
Profa. Sanny Fernanda Nunes Rodrigues

Presidente Dutra-MA

2018



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROG
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PRESIDENTE DUTRA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
DO AGRONEGÓCIO**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO
PORTARIA Nº 001/2018 – Direção do CESP**

Profa. Tania Maria Cavalcante de Souza
Profa. Fabíola de Jesus Soares Santana
Profa. Sanny Fernanda Nunes Rodrigues

Presidente Dutra-MA

2018



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa

Reitor

Prof. Dr. Walter Canales Sant'Ana

Vice-Reitor

Prof. Gilson Martins Mendonça

Pró-Reitor de Administração

Prof. Antônio Roberto Coelho Serra

Pró-Reitor de Planejamento

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª. Dra. Andréa de Araújo

Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis

Profª. Tania Maria Cavalcante de Souza

Diretor do Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra – CESP/UEMA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

TIPO DE CURSO: Graduação Tecnológica

TITULAÇÃO CONFERIDA: Tecnólogo em Agronegócio

MODALIDADE DO CURSO: Presencial

ÁREA: Recursos Naturais

AMPARO LEGAL DO CURSO:

- LDB nº 9.394;
- Parecer CNE/CES 436/2001;
- Resolução CNE/CP 3/2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais para organização e funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia);
- Decreto Federal nº 2.208/1997 – Níveis de Educação Profissional;
- Decreto nº 5.154/2004 - Alternativas de Educação Profissional;
- Decreto nº 5.773/2006; - Regulação, Supervisão e Avaliação de IES e Curso;
- Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006, do Ministério da Educação, que aprova o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004);
- Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010, Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Portaria Normativa nº 12/2006, Denominação dos Cursos Superiores de Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Portaria nº 10, 28/07/2006; Portaria Nº 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP nº 3, 18/12/2002, Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Parecer CNE/CEB nº 17/1997 – Diretrizes Operacionais;
- Parecer CNE/CEB nº 16/1999 e Resolução CNE/CEB nº 04/1999 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica;
- Parecer CNE/CP nº 29/2002 e Resolução CNE/CP nº 03/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Tecnológica;
- Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CNE/CEB nº 01/2005 - Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional,
- Parecer CNE/CEB nº 40/2004 – Avaliação e Certificação de Competências;
- Embasamento interno:



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



- Regimento Institucional;
- Projeto Pedagógico Institucional - PPI



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: 03 (três) anos no mínimo e 04 (três) anos e meio no máximo.

REGIME LETIVO: Semestral

TURNOS DE OFERTA: Matutino

REGIME DE MATRÍCULAS: semestral, em unidades curriculares

VAGAS AUTORIZADAS: 40 vagas (Entrada única)

CARGA HORÁRIA DO CURSO: 2.760 h

DISCIPLINAS NÚCLEO ESPECÍFICO: 1.920h

NÚCLEO COMUM: 540h

NÚCLEO LIVRE: 120h (mínimo a cumprir)

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: 180 h

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 180 h

TÍTULO ACADÊMICO: Tecnólogo em Gestão do Agronegócio

DADOS INSTITUCIONAIS:

NOME DA INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

CNPJ: 06.352.421/0001-68

SITE: www.uema.br

ENDEREÇO: Travessa Paulo VI, s/n – Cidade Universitária Paulo VI – São Luís/MA

TELEFONE: (98) 2016 8100

CENTRO DE ESTUDOS DE SUPERIORES DE PRESIDENTE DUTRA

ENDEREÇO: Rua 28 de julho Sul, Bairro Villa Militar, s/n – Presidente Dutra/MA

TELEFONE: (99) 3663 3100



Sumário

APRESENTAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

1 ESTUDO DE VIABILIDADE DO CURSO

1.1 Dados socioeconômicos do município

1.2 Dados educacionais do ensino médio

1.3 Oferta de curso idêntico ou afim oferecido no município

1.4 Existência de entidades públicas, privadas e do terceiro setor para egressos do curso

1.5 Público alvo

1.6 Forma de ingresso

1.7 Titulação conferida

2. DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Políticas institucionais no âmbito do ensino, da extensão e da pesquisa

2.1.1 Políticas de ensino

2.1.2 Políticas de pesquisa

2.1.3 Políticas de extensão

2.2 Apoio discente e atendimento educacional especializado

2.3 Objetivos do curso

2.4 Competências e habilidades

2.5 Perfil profissional do egresso

2.6 Regime escolar

2.7 Currículo

2.8 Matriz curricular

2.8.1 Estrutura curricular

2.8.2 Ementários e referências das disciplinas do curso

2.8.3 Estágio curricular supervisionado

2.8.4 Atividades complementares - AC

2.8.5 Trabalho de conclusão de curso - TCC

2.9

Metodologia de funcionamento do curso

2.10 Avaliação



APRESENTAÇÃO

Este projeto tem como propósito apresentar a organização do proposta de criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio para o Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra a fim de atender a uma demanda de qualificação e formação básica das pessoas, alavancando o comércio e a indústria regional, gerando mão-de-obra qualificada, novas frentes de trabalho, novos empregos, melhoria na qualidade dos serviços prestados, sistematização na resolução dos problemas locais, com a possibilidade de manter as pessoas em suas cidades, diminuindo a migração para outros lugares com melhor infraestrutura, gerando possibilidades para o emprego e a empregabilidade.

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A UEMA, sempre mantida pelo Estado do Maranhão, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei n.º 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias). A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA por meio da Lei n.º 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal n.º 94.143, de 25 de março de 1987, como uma Autarquia de natureza especial, pessoa jurídica de direito público, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com os preceitos do artigo 272 da Constituição Estadual.

Posteriormente, a UEMA foi reorganizada pela Lei n.º 5.921, de 15 de março de 1994, e pela Lei n.º 5.931, de 22 de abril de 1994, alterada pela Lei n.º 6.663, de 4 de junho de 1996. Em 31 de janeiro de 2003, por meio da Lei n.º 7.844, o Estado promoveu uma reorganização estrutural, momento em que fora criado o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico Tecnológico, do qual a UEMA passou a fazer parte, vinculando-se à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico - GECTEC, hoje, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.

Atualmente, a UEMA encontra-se presente em praticamente todo o território maranhense. Com base em 21 municípios, tem um campus em São Luís e outros vinte Centros de Estudos Superiores instalados nas cidades de: Açailândia, Bacabal, Balsas, Presidente Dutra, Caxias, Codó,



Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, a UEMA tem atuação em 36 polos de educação à distância e vinte polos do Programa Darcy Ribeiro.

A atuação da Universidade Estadual do Maranhão está distribuída nos seguintes níveis:

- ✓ Cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente;
- ✓ Cursos presenciais regulares e à distância de Graduação Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura;
- ✓ Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar);
- ✓ Pós-Graduação Stricto sensu (presencial) e Lato sensu (presencial e à distância)

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A missão de uma instituição detalha a razão de ser da mesma. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão. A mesma se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da Uema:

Produzir e difundir conhecimento orientado para a cidadania e formação profissional, por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do Maranhão.

A visão institucional é responsável por nortear a Universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma Visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Deste processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está, física ou virtualmente, inserida. Por essa interpretação da realidade e com o horizonte à vista, vislumbra-se:



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



- 2.10.1 Avaliação do ensino-aprendizagem (procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem)
- 2.10.2 Avaliação institucional (avaliações internas e externas com registro dos resultados e ações desenvolvidas pelo curso para superação dos resultados negativos nas três dimensões)

3. DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1 Gestão do curso

3.2 Núcleo docente estruturante – NDE

3.3 Colegiado de curso

3.4 Corpo docente

3.5 Corpo técnico-administrativo

4. DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

4.1. Infraestrutura física existente para desenvolvimento das atividades pedagógicas

4.2. Acervo bibliográfico

REFERÊNCIAS

ANEXOS E APÊNDICES



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Ser uma instituição de referência na formação acadêmica, na produção de ciência, tecnologia e inovação, integrada com a sociedade e transformadora dos contextos em que se insere.

Fonte. PDI-UEMA

A autorização da criação do CESPDP foi realizada pelo poder executivo no mandato do governador José Ribamar Fiquene que determino a Universidade Estadual do Maranhão - UEMA uma Unidade de Estudos Superiores de Presidente Dutra pela Lei 6.204 de 29 de novembro de 1994, publicada no DOU. O governador José Ribamar Tavares criou o Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra da UEMA, pela Lei 8337/2005, entretanto o primeiro vestibular só aconteceu em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Na nova organização da educação profissional e tecnológica de graduação, orientada por meio de eixos tecnológicos o curso superior de Tecnologia em Agronegócio está incluído no eixo tecnológico dos Recursos Naturais que compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e à sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Os cursos de ensino superior têm papel fundamental na criação de novas competências e de estratégias inovadoras nos países em desenvolvimento. Para a UEMA/Centro de Estudos de Presidente Dutra uma de suas mais importantes missões consiste em sua responsabilidade social de promoção do desenvolvimento e crescimento de diversos setores do conhecimento humano e da produção de bens e serviços, assim como o compromisso inalienável para a formação de profissionais com capacidade empreendedora.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, por meio das unidades curriculares propostas, abre espaço para a discussão científica entre diferentes correntes de pensamento e áreas do conhecimento. O programa do curso enfoca o Processo, a Produção e a Gestão no Agronegócio ligadas a uma estratégia de desenvolvimento rural, enfatizando a dinâmica dos mercados livres e



da gestão privada na agricultura e na agroindústria, bem como, o espírito empreendedor, como fator mais importante para contribuir com o desenvolvimento, tanto do Estado do Maranhão quanto do País. Serão abordadas as políticas públicas e as ações das organizações da sociedade civil, para se alcançar um desenvolvimento ambiental, social e econômico sustentável. Em virtude do aumento da competitividade, as palavras de ordem são baixar custos, otimizar recursos e comercializar de forma diferenciada. Os profissionais e os empresários e produtores rurais deverão ter acesso à melhoria da produtividade com aumento da produção agropecuária, aumento da eficiência gerencial nas atividades produtivas, incremento da renda, geração de oportunidades de trabalho, melhoria da segurança dos alimentos e melhor adequação às demandas dos mercados consumidores.

A vocação agropecuária e agroindustrial em Presidente Dutra é responsável pela proliferação de vários empreendimentos associados, bem como o crescente desenvolvimento das comunidades, como podemos atestar com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados nas tabelas a seguir.

Ressaltamos ainda o que registra o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos do Estado do Maranhão – IMESC, em Indicadores da conjuntura econômica (2010, p. 21), em que destaca que, na composição setorial das fontes de crescimento da economia maranhense,

“a maior contribuição para seu dinamismo no período 2002 a 2007 veio do segmento primário (Agropecuária, responsável por 24,8% da expansão total no período em análise), em grande parte devida à expansão da atividade extrativa vegetal (produção de carvão vegetal a partir do desmatamento e, em menor medida, mas crescendo significativamente de importância, a partir do reflorestamento).”

As tabelas a seguir foram retiradas do último Censo agropecuário realizado em 2006 e disponível no sítio do IBGE. Apesar da longevidade da informação, considerou-se a tendência da região já sinalizada em 2006. A periodicidade da pesquisa é quinquenal, entretanto em 2010, não foi realizado e o de 2015 foi a campo em 2017 e não foi concluído ainda.

O Censo Agropecuário investiga informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como



unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda.

Tabela 1 – Área dos estabelecimentos agropecuários de Presidente Dutra

	48.943	ha
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS		
Condição do produtor		
ARRENDATÁRIO	390	ha
ASSENTADO SEM TITULAÇÃO DEFINITIVA	1	ha
OCUPANTE	61	ha
PARCEIRO	8	ha
PROPRIETÁRIO	48.484	ha
Condição legal do produtor		
PROPRIETÁRIO INDIVIDUAL	48.718	ha
Utilização das terras		
CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS OU CAMINHOS	306	ha
LAVOURAS		
Área plantada com forrageiras para corte (destinadas ao corte e uso na alimentação de animais)	2.807	ha
Permanente	2.718	ha
Temporária	2.534	ha
MATAS E FLORESTAS		
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	5.260	ha
Naturais (exceto aquelas destinadas à preservação permanente e aquelas em sistemas agroflorestais)	4.562	ha
PASTAGENS		
Naturais	6.730	ha
Plantadas degradadas por manejo inadequado ou por falta de conservação (pouco produtivas)	2.169	ha
Plantadas em boas condições (incluindo aquelas em processo de recuperação)	18.362	ha
SISTEMAS AGROFLORESTAIS		
Áreas com espécies florestais variadas (árvores e palmácias) usadas para lavoura e criação de animais	2.737	ha
TANQUES, LAGOS, AÇUDES E/OU ÁREA DE ÁGUAS PÚBLICAS PARA EXPLORAÇÃO DA AQUICULTURA	204	ha
TERRAS DEGRADADAS (ERODIDAS, DESERTIFICADAS, SALINIZADAS, ETC.)	40	ha
TERRAS INAPROVEITÁVEIS PARA AGRICULTURA OU PECUÁRIA (PÂNTANOS, AREAIS, PEDREIRAS, ETC.)	505	

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006



Tabela 2 – Estabelecimentos agropecuários de Presidente Dutra

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	1.836	unidades
Condição do produtor		
ARRENDATÁRIO	334	unidades
ASSENTADO SEM TITULAÇÃO DEFINITIVA	3	unidades
OCUPANTE	52	unidades
PARCEIRO	10	unidades
PRODUTOR SEM ÁREA	792	unidades
PROPRIETÁRIO	645	unidades
Condição legal do produtor		
CONDOMÍNIO, CONSÓRCIO OU SOCIEDADE DE PESSOAS	2	unidades
COOPERATIVA	1	unidades
PROPRIETÁRIO INDIVIDUAL	1.829	unidades
SOCIEDADE ANÔNIMA OU POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	2	unidades
OUTRA CONDIÇÃO	2	unidades
Sistema de preparo do solo		
CULTIVO CONVENCIONAL (ARAÇÃO MAIS GRADAGEM) OU GRADAGEM PROFUNDA	281	unidades
CULTIVO MÍNIMO (SÓ GRADAGEM)	96	unidades
PLANTIO DIRETO NA PALHA	27	unidades
Utilização das terras		
CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS OU CAMINHOS LAVOURAS	198	unidades
MATAS E FLORESTAS		
PASTAGENS		
SISTEMAS AGROFLORESTAIS		
TANQUES, LAGOS, AÇUDES E/OU ÁREA DE ÁGUAS PÚBLICAS PARA EXPLORAÇÃO DA AQUICULTURA	151	unidades
TERRAS DEGRADADAS (ERODIDAS, DESERTIFICADAS, SALINIZADAS, ETC.)	6	unidades
TERRAS INAPROVEITÁVEIS PARA AGRICULTURA OU PECUÁRIA (PÂNTANOS, AREAIS, PEDREIRAS, ETC.)	39	unidades

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006



Tabela 3 – Lavoura permanente em Presidente Dutra

BANANA		
Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	35	unidades
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	287	t
Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	47,00	(x 1000) R\$
LARANJA		
Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	1	unidades

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006

Tabela 4 – Pecuária em Presidente Dutra

PECUÁRIA		
ASININOS		
Efetivo do rebanho	205	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	144	unidades
GALINÁCEOS		
Efetivo do rebanho	146	(x 1000) cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	713	unidades
Galinha		
BOVINOS		
Efetivo do rebanho	28.413	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	442	unidades
Leite de vaca		
CAPRINOS		
Efetivo do rebanho	278	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	16	unidades
EQUINOS		
Efetivo do rebanho	730	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	256	unidades
MUARES		
Efetivo do rebanho	233	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	100	unidades
OUTRAS AVES		
Efetivo do rebanho	1.112	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	73	unidades



OVINOS		
Efetivo do rebanho	1.014	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários	49	unidades
SUÍNOS		
Efetivo do rebanho	2.324	cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários		

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2016; Rio de Janeiro: IBGE, 2017

Como podemos verificar pelos dados apresentados, há uma características do município fortemente ligada ao agronegócio. Um Curso Superior em Tecnologia de Gestão do Agronegócio deverá fomentar o empreendedorismo local, por meio de incentivos direcionados à gestão de microempresas nos diversos subsetores da indústria, comércio e serviços voltados aos setores agropecuários promovendo o desenvolvimento contínuo dos potenciais da região.

A Universidade Estadual do Maranhão, por entender que a agricultura é um setor que permite que pequenas empresas possam se viabilizar e, por acreditar na necessidade de estimular a capacidade empresarial dos jovens, de forma a permitir a abertura de seu próprio mercado de trabalho, promovendo-lhe condições para conquistar o patamar de agricultor empreendedor e competitivo, planeja implantar um Curso de Graduação, em nível superior, com duração de três anos, qual seja, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Agronegócio desenvolverá nesse contexto condições para sustentação de um pólo agroindustrial, além de um conjunto de empresas de produção, processamento e distribuição de insumos e serviços para o setor.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio deve preservar sempre uma sintonia com o Projeto Institucional, revelando, inicialmente, a ausência de neutralidade do conhecimento. Esta relação do curso com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016/2020 deve ser visualizada à medida que o curso, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão contribui para o desenvolvimento regional, assumindo compromisso social junto à sociedade ao entorno da UEMA, bem como junto às organizações do agronegócio da região. Além disso, deve seguir também os princípios filosóficos, políticos, educacionais que orientam a Uema no seu Plano Pedagógico Institucional (PDI 2016/2020), tais como:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição;



- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- Valorização do profissional da educação;
- Gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da comunidade;
- Garantia de padrão de qualidade; e
- Vinculação entre educação, mercado de trabalho e práticas sociais.

Nos últimos anos, o agronegócio encontra-se em plena expansão no Estado do Maranhão. As cadeias produtivas vem sistematicamente ocupando maiores espaços na economia. Há uma forte expansão da produção de grãos, conjugada com a consolidação da produção de carnes e mais recentemente o incremento na produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Ambiente este marcado também pelo surgimento de diversos complexos agroindustriais de transformação e processamento de matérias-primas num processo de descomotização. Assim, nessa conjuntura, é latente a necessidade de profissionais qualificados na gestão do Agronegócio. O curso tem como principal objetivo capacitar profissionais para gerir e empreender no agronegócio, possibilitando-lhes adquirir visão mesoanalítica, identificando os diversos segmentos dentro de um contexto marcado pela economia globalizada e ambientes competitivos

Dessa forma a criação desse curso baseia na justificativa de que o mercado de trabalho busca, na formação técnica e superior, suprir uma demanda significativa para competências gerenciais relacionadas a funções de gestão, tais como supervisão, planejamento, coordenação, liderança e gestão de equipe. É quase inexistente a procura por profissionais formados em Administração. Existe uma tendência, muitas vezes equivocada, de buscar em um técnico competências gerenciais.

A pesquisa de mercado de trabalho indica carência em uma formação tecnológica voltada para a gestão do agronegócio. Por sua vez, as demandas do mercado de trabalho, quanto à gestão, identificadas a partir da experiência do Sistema SENAR/CNA/ICNA, são:

- atividades de gestão tecnológica, coordenação, regulação e logística do agronegócio;
- gerência de empreendimentos rurais, agroalimentares e agroindustriais;
- assessoramento de projetos de pesquisa e de sistemas de produção agropecuários e agroindustriais;



• supervisão no manejo de matérias primas e processos de produção agroalimentar e agroindustrial;

• análise do mercado agrícola;

• atividades de exportação e importação de insumos e produtos agrícolas, bem como os provenientes da agroindústria;

• projetos específicos de investimentos em agronegócios; • qualificação e capacitação de recursos humanos para o agronegócio;

• consultoria em agronegócio.

Os espaços sócio ocupacionais que se constituem como campos de atuação do tecnólogo em agronegócio são empreendimentos do agronegócio, de setores públicos e privados:

• instituições financeiras, bancos rurais;

• cooperativas e associações;

• sindicatos rurais;

• propriedades rurais;

• agroindústrias;

• atacadistas e hipermercados;

• fornecedores de suprimentos ao agronegócio;

• empresas de prestação de serviços em consultoria e perícias;

• empresas de negócios virtuais e bolsas de valores;

• empresas de pesquisa e ou extensão;

• empresas de gestão da informação;

• tradings de comércio doméstico e internacional;

• assessoria para mídia;

• certificadoras;

• órgãos de governo;

• institutos de pesquisa; • empresas de produção, processamento, logística, distribuição e comercialização de produtos agropecuários;

• indústrias de máquinas e equipamentos;

• órgãos governamentais.

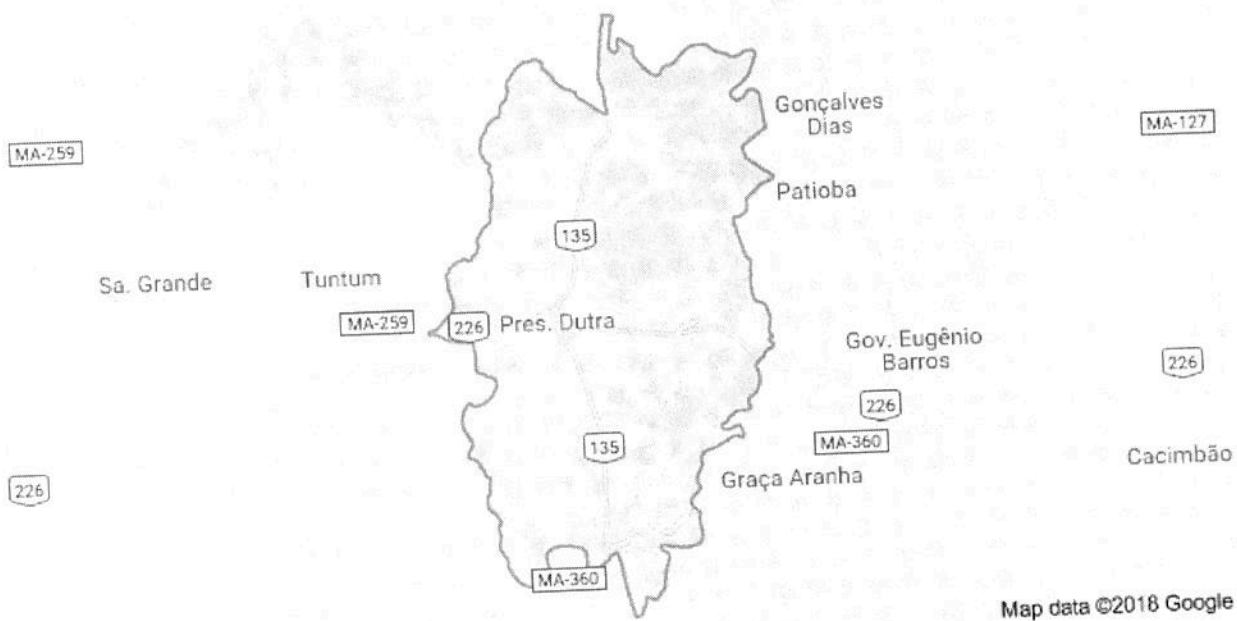


1 ESTUDO DE VIABILIDADE DO CURSO

1.1 Dados socioeconômicos do município

Presidente Dutra (antigamente denominado "Curador") é um município brasileiro do estado do Maranhão. Sua população, estimada pelo IBGE em 2016 é de 46.970^[3] habitantes. Pela Lei Estadual n.º 269, de 31-12-1948, o município de Curador passou a denominar-se Presidente Dutra. Sob a mesma Lei é criado o distrito de São Joaquim dos Melos e anexado ao município de Presidente Dutra.

Figura 1 – Mapa com a localização de Presidente Dutra



Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos, a partir de pesquisas nos site do IBGE (www.ibge.gov.br), da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).



Tabela 5 - População de Presidente Dutra

População estimada [2017]	População no último censo [2010]	Densidade demográfica [2010]
47.239 pessoas	44.731 pessoas	57,97 hab/km ²

Fonte: IBGE Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/presidente-dutra/panorama>>

Tabela 6 - Trabalho e rendimento em Presidente Dutra

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015]	Pessoal ocupado [2015]	População ocupada [2015]	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]
2,0 salários mínimos	4.786 pessoas	10,3 %	47,3 %

Fonte: IBGE Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/presidente-dutra/panorama>>

Tabela 7 - Aspectos econômicos em Presidente Dutra

PIB per capita [2015]	Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	Total de receitas realizadas [2014]	Total de despesas empenhadas [2014]
9.712,15 R\$	89,4 %	0.653	71.373,00 R\$ (×1000)	68.798,00 R\$ (×1000)

Fonte: IBGE Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/presidente-dutra/panorama>>

1.2 Dados educacionais do ensino médio

Tabela 8 – Dados do ensino médio em Presidente Dutra

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	96,4 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	3.9
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	3.2
Matrículas no ensino fundamental [2015]	7.081 matrículas
Matrículas no ensino médio [2015]	2.045 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2015]	445 docentes
Docentes no ensino médio [2015]	137 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2015]	40 escolas



Número de estabelecimentos de ensino médio [2015]	10 escolas
---	------------

Fonte: IBGE Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/presidente-dutra/panorama>>

Tabela 9 - Número de matrículas

ENSINO MÉDIO	Número de matrículas
Escola pública municipal	0
Escola pública estadual	1.820
Escola privada	225
TOTAL	2.045

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015

Tabela 9 - Número de escolas

ENSINO MÉDIO	Número de escolas
Escola pública municipal	0
Escola pública estadual	5
Escola privada	5
TOTAL	10

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015

1.3 Oferta de curso idêntico ou afim oferecido no município

Na região, não existe curso idêntico ofertado. A escolha pela oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio deu-se considerando, além das características socioeconômicas do município, a inexistência de curso que pudesse qualificar a mão de obra existente para atuar nas atividades ligadas ao agronegócio. Presidente Dutra é um município em que a criação de galinhas e codornas, cultivo de peixes e abelhas e implantação e regeneração de florestas encontram plenas condições para serem desenvolvidos.



1.4 Existência de entidades públicas, privadas e do terceiro setor para egressos do curso

Em levantamento elaborado, em 2012, a partir do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE os tipos de empresas identificadas em Presidente Dutra estão classificadas na Tabela 2. O CEMPRE é formado por empresas e outras organizações e suas respectivas unidades locais formalmente constituídas, registradas no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Sua atualização ocorre anualmente, a partir das pesquisas econômicas anuais do IBGE, nas áreas de Indústria, Comércio, Construção e Serviços, e de registros administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. As informações disponíveis referem-se às empresas e às unidades locais que no ano de referência estavam ativas no Cadastro.

Tabela 10 – Número total de empresas

<i>UNIDADES LOCAIS</i>	841	unidades
<i>NÚMERO DE EMPRESAS ATUANTES</i>	829	unidades
<i>PESSOAL OCUPADO</i>	4.786	peessoas
<i>PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO</i>	3.887	peessoas
<i>SALÁRIO MÉDIO MENSAL</i>	2,0	salários mínimos
<i>SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES</i>	81.338,00	(x)

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017

No ramo das empresas relacionadas à área do curso, registra-se, conforme Síntese da Conjuntura Econômica Maranhense publicado pelo IMESC/MA (maio/jun 2018)¹, o mercado de trabalho formal maranhense registra 1,8 mil admissões líquidas no 1º quadrimestre de 2018, comparado a 6,3 mil demissões líquidas no mesmo período de 2017. Os bons números de 2018 refletem, sobretudo, o aumento das contratações no setor de Serviços (+3,8 mil, com destaque para as contratações do Governo do Estado em serviços de Saúde e de Educação) e a Agropecuária (+541, refletindo a expansão da Agricultura Graneleira e da Atividade Florestal).

¹ Disponível em : <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/sinteseconjunturamaiojun1.pdf>. Acesso em 13 jun. 2018.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



1.5 Público alvo

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio será ofertado para estudantes que possuam certificado de conclusão do Ensino Médio, ou equivalente, conforme a legislação vigente.

1.6 Formas de ingresso

A forma de ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra da Universidade Estadual do Maranhão dá-se á por meio do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior – PAES.

1.7 Titulação conferida

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem a matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, será conferido ao estudante o Diploma de Tecnólogo em Gestão do Agronegócio.



2 DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa

O projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Será estimulada a inclusão e a valorização das dimensões ética e humanística na formação do estudante, desenvolvendo atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade. Tal formação também será assegurada por meio do vínculo institucional, das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa. Serão estimulados também no currículo, os princípios de flexibilidade e integração estudo/trabalho.

No âmbito da Universidade Estadual do Maranhão, existem atividades integradoras relacionadas ao currículo. Além disso, existem políticas implementadas pela Pró-Reitoria de Graduação tais como:

- o Programa Reforço e Oportunidade de Aprender (PROAprender), criado pela Resolução nº 990/2017 – CONSUN/UEMA com o objetivo de implementar ações pedagógicas para elevar o rendimento e desempenho acadêmico dos estudantes; aprimorar e desenvolver habilidades e competências dos estudantes relacionadas ao processo de aprendizagem de conteúdos básicos referentes aos diversos componentes curriculares dos cursos de graduação da Uema; diminuir a evasão e a permanência de estudantes com índice elevado de reprovação.

As políticas institucionais para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica, há o Programa de Bolsa Produtividade desde 2016, nas categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu*.

Há também uma ação que estimula a produção acadêmico-científica dos professores por meio de uma bolsa Incentivo a Publicação Científica Qualificada pagas por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B3 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de Bolsas por livro ou capítulo de livro publicado; inclusão do pagamento de apoio a tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira.

Por sua vez, é incentivada a participação de pesquisadores e alunos da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação de novos grupos, garantindo as condições para



o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, existe também o incentivo à participação dos estudantes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBID). Durante o curso, em articulação com as atividades de ensino, deverão ser estimuladas atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica, em que os alunos bolsistas (CNPQ, FAPEMA, UEMA).

As atividades de extensão são desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas, logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados ao Curso. Existe o Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão - PROEXAE. Tem como objetivo conceder bolsas de extensão a discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEMA, contribuindo para a sua formação acadêmico – profissional, num processo de interação entre a Universidade e a sociedade em que está inserido, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão. A bolsa é concedida ao aluno da UEMA entre o segundo e o penúltimo período, indicado pelo professor coordenador do projeto, com vigência da bolsa de 12 (doze) meses. Para socialização desses projetos é realizado anualmente a Jornada de Extensão Universitária, promovido pela PROEXAE, no qual são apresentados os resultados obtidos na realização de projetos de extensão que envolvem docentes, discentes e comunidade, sendo obrigatória a participação de todos. Nela é concedida premiação aos melhores projetos desenvolvidos no período.

2.2 Apoio discente e atendimento educacional especializado

A Universidade é um espaço de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a todos. A inclusão social deve ser um dos pilares fundamentais de sua filosofia, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação.

Dentre as políticas de Educação Inclusiva estão àquelas relacionadas aos alunos com necessidades especiais (tais como visuais, auditivas e de locomoção), assim como aquelas condizentes com a política de inclusão social, cultural e econômica. Implicando a inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade de alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.

O compromisso da UEMA com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais. Desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/00 de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial,



esta tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta IES. Dentre outras ações afirmativas, a resolução assegura condições de atendimento diferenciado nos campi da Instituição para estudantes com necessidades especiais.

A existência de condições de acesso fortalece o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade. Diante disso, foi instituído pela Resolução nº 886/2014 de 11 de dezembro de 2014, a Comissão de Acessibilidade como segmento do Núcleo de Acessibilidade da UEMA (NAU), vinculado à Reitoria.

O NAU tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. O Núcleo operacionaliza suas ações baseado em diretrizes para uma política inclusiva a qual representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas com necessidades educacionais especiais. O objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

Outras políticas institucionais de apoio ao discente quanto à permanência implementadas foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 - CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, como incentivado pecuniário mensal de caráter provisório em campi em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos campi de vínculo (Resolução nº 230/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche que disponibiliza ajuda financeira aos discentes (Resolução nº 229/20157 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para discentes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD).



2.3 Objetivos do curso

- Objetivo Geral

Preparar profissionais capacitados a viabilizar soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento e crescimento das empresas rurais alcance seus objetivos de forma eficiente, eficaz e com responsabilidade social e ambiental a partir do domínio da produção, processos e gestão do agronegócio.

- Objetivos específicos

Formar profissionais para atuar nas cadeias produtivas do agronegócio, visando a práticas sustentáveis de viabilidade ambiental, econômica e social;

Capacitar os egressos a planejar e projetar mercados estratégicos para o agronegócio, a partir de indicadores de mercado e de desempenho da produção no agronegócio;

Promover aos egressos formação holística em ciências agrárias e em processos de gestão de empresas/propriedades rurais, com ênfase nas novas tecnologias produtivas, visando ao aumento da produção e uso racional de recursos;

Assegurar a formação de profissionais capazes de dominar os processos de gestão das diversas cadeias produtivas do agronegócio desde o beneficiamento, o armazenamento, a logística, o transporte e a comercialização;

Formar profissional capaz de avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação;

Viabilizar aos egressos condições para atuação junto a órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa e organizações não-governamentais bem como prosseguir com estudos em nível de pós-graduação.

2.4 Competências e habilidades

As habilidades são as capacidades técnicas, conceituais e humanas para realizar determinadas tarefas, desenvolvidas a partir de teoria e prática, enquanto que a competência é a soma do talento com habilidade. Nesse sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da UEMA/ Campus Presidente Dutra deve possibilitar a formação de um profissional com as seguintes habilidades e competências:

- internalizar valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;



- aplicar seus conhecimentos de formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente; aplicar seus conhecimentos de formação técnica e científica para atuar no processo, produção e gestão das organizações rurais e agroindustriais, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas nacionais e regionais;

- estar capacitado para empreender, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações;

- atuar em equipes multidisciplinares;

- a compreender a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança. - desenvolver técnicas de processo, produção e gestão em toda cadeia produtiva incentivando a prática de formas associativas e cooperativas; - apoiar iniciativas associativas no setor do agronegócio;

- planejar e organizar os agroempreendimentos de acordo com as potencialidades locais, visando mercados qualificados;

- atuar nos diferentes sistemas de produção agropecuária, bem como nos diversos segmentos correlatos, tais como na comercialização e industrialização da produção;

- ter visão generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências agrárias, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas de produção agrícola, de planejamento rural, de sistemas de produção, do sistema de plantio direto, bem como a organização, gerenciamento e a administração de propriedades rurais, escritórios e/ou empresas agropecuárias.

2.5 Perfil profissional do egresso

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Fixadas pelo MEC (Leis 9131/95 e 9304/96; Decretos nº 2406, de 27.11.97 e nº 2.208/97; Resolução CNE/CP nº 3, de 18/12/2002 e a Portaria Ministerial MEC nº 1.647, de 25.11.99, o Tecnólogo é o profissional:

- formado por cursos de nível superior de graduação, no âmbito da Educação Profissional de Nível Tecnológico, abrangendo todos os setores da economia e destinados aos egressos do Ensino Médio, do Ensino Técnico e do Ensino Superior;



- apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional com formação específica voltada para aplicação, desenvolvimento – pesquisa aplicada e inovação tecnológica – e a difusão de tecnologias; gestão de processos de produção de bens e serviços; desenvolvimento de capacidade empreendedora que verticaliza competências adquiridas em outros níveis da educação profissional, tendo como suporte bases científicas e instrumentais da educação básica, e mantém as suas competências em sintonia com o mundo do trabalho;

- especializado em segmentos (modalidades) de uma determinada área profissional e que pode ampliar sua área de atuação por meio de estudos em outros cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados, cursos de tecnologias e outros) ou de cursos de pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado). Portanto, o perfil do Tecnólogo em Agronegócio será de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – MEC: é o profissional que viabiliza soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária a partir do domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor. Prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômica, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística e comercialização são atividades gerenciadas por esse profissional.

O profissional do agronegócio terá uma formação que lhe possibilitará atuar no mercado de trabalho de forma compromissada, capacitada, dinâmica, ética e consciente nas questões econômicas, sociais e ambientais. Atuará em empresas agropecuárias, empresas de comercialização de insumos e produtos agropecuários, empresas de distribuição de produtos do agronegócio, empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria, organizações não governamentais, órgãos públicos, instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente. É um profissional capacitado para desenvolver as seguintes competências:

- Planeja, projeta e executa empreendimentos voltados para o agronegócio;
- Projeta mercados estratégicos para o agronegócio;
- Analisa indicadores de mercado;
- Afere o desempenho da produção no agronegócio;
- Analisa e controla custos de produção do agronegócio;
- Caracteriza e interpreta as diversas cadeias produtivas do agronegócio;
- Planeja e executa a implantação de arranjos produtivos locais;



- Gerencia empresas/propriedades rurais;
- Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

A formação do Tecnólogo em Agronegócio envolve capacitação em economia, mercado, finanças, administração, contabilidade, produção agropecuária sustentável e aplicações de práticas modernas de gerenciamento e controle do agronegócio.

O curso se insere no eixo tecnológico de RECURSOS NATURAIS que compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

2.6 Regime escolar

Prazo para Integralização Curricular	Mínimo	Máximo
	3 anos (6 semestres)	4 anos e meio (9 semestres)
Regime:	Semestral	
Dias anuais úteis:	200 no mínimo	
Dias úteis semanais:	6	
Semanas matrículas semestrais:	2	
Semanas provas semestrais:	2	
Carga horária do currículo:	2.760	
Total de créditos do Currículo do Curso:	164	
Horário de Funcionamento	7h30min às 12h50min (segunda a sábado)	



2.7 Currículo

O desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, fundamentado na Lei nº 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Resolução CNE/CP/03/2002 e parecer CNE/CES/436/2001, vem suprir a carência de mercado, na formação de profissionais em Agronegócios, para atuarem no estado do Maranhão e região onde o estado está inserido.

O Curso Tecnológico em Agronegócio da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA se organiza em torno de dois eixos norteadores:

1) **Eixo humanista** – composto por disciplinas e atividades referentes à formação de um profissional com foco no bem-estar social, nas consequências dos impactos ambientais, na luta a favor da redução das desigualdades e dos diversos aspectos necessários para a administração do ambiente interno e externo do Agronegócio.

2) **Eixo tecnológico em gestão** – composto por disciplinas que abordam as tecnologias de produção, gestão em agronegócio e comercialização, de forma a propiciar a competitividade no setor.

Conforme norteado pelos dois eixos, o curso foi estruturado em 6 módulos, com temas de produção (composto por disciplinas que abordam as tecnologias de produção animal e vegetal); gestão em agronegócio e comercialização, de forma a propiciar a competitividade do setor; de desenvolvimento de competências e habilidades pessoais, que propiciarão o desempenho das atividades profissionais e o relacionamento com os diversos agentes do setor, sustentados na ética e responsabilidade social; além o projeto integrador que visa garantir a articulação entre teoria e prática no agronegócio.

As disciplinas não apresentam pré-requisitos, porém estão dispostas de forma integrada, para aplicação prática e imediata, conforme proposta curricular. No entanto, em se tratando de disciplinas sequenciais, será necessário primeiro realizar a primeira disciplina da sequência linear.

As atividades relativas aos projetos integradores serão desenvolvidas preferencialmente aos sábados, com professor e plano de ensino, definidos para orientar e coordenar as ações do processo de ensino-aprendizagem, e com sala de aula definida para as aulas teóricas. Essas atividades que comporão os projetos integradores estarão relacionadas com as demais disciplinas do módulo em que estão inseridas, com o objetivo de articular, na prática, os diversos conteúdos



teóricos trabalhados ao longo do semestre e do curso, fortalecendo a interdisciplinaridade e a visão de totalidade.

Os períodos podem ser cursados independentemente, embora se recomende uma sequência linear, principalmente para os egressos do ensino médio. Após conclusão dos dois primeiros períodos de Produção e Gestão em Agronegócio I serão emitidos certificados equivalentes a cursos de Extensão Universitária, com atividade profissional classificada na CBO – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Portanto, após a conclusão do período de produção, o aluno poderá optar pelo **Certificado de Auxiliar de Administração em Agronegócio**, após conclusão dos dois primeiros períodos (Produção e Gestão em Agronegócio I) o aluno poderá optar pelo **Certificado de Assistente em Agronegócio** e ao concluírem todos os períodos será expedido aos alunos, o diploma de **Curso Superior em Tecnologia de Agronegócio**.

As atividades que compõem os projetos integradores poderão ser realizadas em unidades rurais com área destinada ao plantio e ou criação de animais, agroindústrias, feiras agropecuárias, agentes de comercialização atacado e varejo de insumos e produtos/serviços atinentes ao agronegócio, cooperativas, e em instituições de pesquisa. Essas atividades poderão ser desenvolvidas na forma de seminários, de exercícios teóricos e práticos, com temas inerentes aos conteúdos (produção, gestão e comercialização) do respectivo módulo cursado.

O currículo adotado procura espelhar a visão que norteou a criação deste curso, ou seja, uma abordagem sistêmica da problemática referente à oferta de produtos agroindustriais. Neste sentido, sua análise permite identificar disciplinas relacionadas com os três macro segmentos das cadeias de produção agroindustriais: produção de matérias-primas, transformação e distribuição.

A estrutura curricular foi elaborada baseando-se na combinação de disciplinas dos cursos de Administração, Economia e Engenharia de Produção, com o objetivo de trazer ao mesmo tempo um conhecimento amplo e sólido, nas áreas de gestão, aspectos econômicos e em processos e operações aplicadas no agronegócio. Dessa maneira, as disciplinas foram divididas em três grupos de conteúdo:

- a) Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com as Ciências Sociais, a Economia e a Administração;
- b) Conteúdos de Formação Profissional, compreendendo tópicos da gestão, da economia e da engenharia de produção aplicados a todos os segmentos da cadeia agroindustrial.



c) Conteúdos de Formação Complementar, compreendendo estudos quantitativos e temas relacionados à problemática do agronegócio, e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes ao agronegócio.

Para atingir a concepção idealizada, elaborou-se uma organização curricular que busca oferecer conteúdo que integrem prática e teoria nas disciplinas e atividades oferecidas.

2.8 Matriz curricular

DISCIPLINAS	CH
<i>Língua Portuguesa</i>	60
<i>Fundamentos do Agronegócio</i>	60
<i>Matemática para Negócios</i>	60
<i>Metodologia da Pesquisa</i>	60
<i>Tecnologia de Produção Animal e Vegetal</i>	90
<i>Projeto Integrador I</i>	60
<i>Contabilidade Agrícola</i>	90
<i>Planejamento Estratégico</i>	60
<i>Gestão Rural</i>	60
<i>Gestão Financeira e orçamentária</i>	60
<i>Gestão da Produção e Operações</i>	60
<i>Projeto Integrador II</i>	60
<i>Metodologia Científica</i>	60
<i>Gestão da Qualidade e Certificação</i>	90
<i>Economia Rural</i>	60
<i>Planejamento Agrícola</i>	60
<i>Economia e Política Ambiental e Recursos Naturais</i>	60
<i>Economia e Políticas Agrícolas</i>	90
<i>Projeto Integrador III</i>	60
<i>Extensão Rural</i>	60



<i>Empreendedorismo</i>	90
<i>Gestão e Uso Integrado da Propriedade Agrícola</i>	60
<i>Mercado e Comercialização</i>	60
<i>Infraestrutura de Produção e do agronegócio</i>	60
<i>Produção Agroindustrial</i>	60
<i>Projeto Integrador IV</i>	60
<i>Comercialização de Produtos Agropecuários</i>	90
<i>Direito agrário</i>	60
<i>Logística no Agronegócio</i>	60
<i>Associativismo e Cooperativismo</i>	60
<i>Custos de Produção e Formação de Preços</i>	90
<i>Tecnologia, Meio Ambiente e Competitividade</i>	90
<i>Gestão Agrícola</i>	60
<i>Projeto Integrador V</i>	60
<i>TCC (Proposta Tecnológica com base de Projeto de Pesquisa)</i>	-
<i>Estágio Curricular Supervisionado</i>	180
<i>Atividades Complementares</i>	180



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

2.8.1 Estrutura curricular

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO									
Ord.	1º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total			
				Teóricos	Práticos				
1	Língua Portuguesa	NC	60	4	0	4			
2	Fundamentos do Agronegócio	NC	60	4	0	4			
3	Matemática para Negócios	NC	60	4	0	4			
4	Metodologia da Pesquisa	NE	60	4	0	4			
5	Tecnologia de Produção Animal e Vegetal	NE	90	6	0	6			
	Optativa I	NL	60	4	0	4			
6	Projeto Integrador I	NE	60	4	0	4			
	SUBTOTAL		450	30	0	30			
Ord.	2º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total			
				Teóricos	Práticos				
1	Contabilidade Agrícola	NC	90	6	0	6			
2	Planejamento Estratégico	NC	60	4	0	4			
3	Gestão Rural	NE	60	4	0	4			
4	Gestão Financeira e orçamentária	NE	60	4	0	4			
5	Gestão da Produção e Operações	NE	60	4	0	4			
	Projeto Integrador II	NE	60	4	0	4			



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



6	Metodologia Científica	NE	60	4	0	4	Créditos		30	0	30	4
							Teóricos	Práticos				
SUBTOTAL												
Ord.	3º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH									Total
1	Gestão da Qualidade e Certificação	NE	90	6	0	6	0	6	0	6	6	
2	Economia Rural	NC	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
3	Planejamento Agrícola	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
4	Economia e Política Ambiental e Recursos Naturais	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
5	Economia e Políticas Agrícolas	NE	90	6	0	6	0	6	0	6	6	
	Projeto Integrador III	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
6	Extensão Rural	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
SUBTOTAL												
Ord.	4º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH									Total
1	Empreendedorismo	NC	90	6	0	6	0	6	0	6	6	
2	Gestão e Uso Integrado da Propriedade Agrícola	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
3	Mercado e Comercialização	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
4	Infraestrutura de Produção e do agronegócio	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
5	Produção Agroindustrial	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
	Projeto Integrador IV	NE	60	4	0	4	0	4	0	4	4	
6	Comercialização de Produtos Agropecuários	NE	90	6	0	6	0	6	0	6	6	



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



SUBTOTAL		480	32	0	32
Ord.	5º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Direito agrário	NC	4	0	4
2	Logística no Agronegócio	NE	4	0	4
3	Associativismo e Cooperativismo	NE	4	0	4
4	Custos de Produção e Formação de Preços	NE	6	0	6
5	Tecnologia, Meio Ambiente e Competitividade	NE	6	0	6
6	Gestão Agrícola	NE	4	0	4
7	Projeto Integrador V	NE	4	0	4
SUBTOTAL		480	32	0	32
Ord.	6º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
	Optativa II	NL	4	0	4
1	TCC (Proposta Tecnológica com base de Projeto de Pesquisa)	-	-	-	-
2	Estágio Curricular Supervisionado	NE	0	4	4
3	Atividades Complementares	-	0	4	4
SUBTOTAL		420	0	8	12
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO CURSO		2760	156	8	164



Disciplinas do Núcleo Específico

NÚCLEO ESPECÍFICO					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Metodologia da Pesquisa	60	4	0	4
2	Tecnologia de Produção Animal e Vegetal	90	6	0	6
3	Projeto Integrador I	60	4	0	4
4	Gestão Rural	60	4	0	4
5	Gestão Financeira e orçamentária	60	4	0	4
6	Gestão da Produção e Operações	60	4	0	4
7	Projeto Integrador II	60	4	0	4
8	Metodologia Científica	60	4	0	4
9	Gestão da Qualidade e Certificação	90	6	0	6
10	Planejamento Agrícola	60	4	0	4
11	Economia e Política Ambiental e Recursos Naturais	60	4	0	4
12	Economia e Políticas Agrícolas	90	6	0	6
13	Projeto Integrador III	60	4	0	4
14	Extensão Rural	60	4	0	4
15	Gestão e Uso Integrado da Propriedade Agrícola	60	4	0	4
16	Mercado e Comercialização	60	4	0	4
17	Infraestrutura de Produção e do agronegócio	60	4	0	4
18	Produção Agroindustrial	60	4	0	4
19	Projeto Integrador IV	60	4	0	4
20	Comercialização de Produtos Agropecuários	90	6	0	6
21	Logística no Agronegócio	60	4	0	4
22	Associativismo e Cooperativismo	60	4	0	4
23	Custos de Produção e Formação de Preços	90	6	0	6
24	Tecnologia, Meio Ambiente e Competitividade	90	6	0	6
25	Gestão Agrícola	60	4	0	4
26	Projeto Integrador V	60	4	0	4



27	Estágio Curricular Supervisionado	180	0	4	4
TOTAL		1920	116	4	120

Disciplinas do Núcleo Comum

NÚCLEO COMUM					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Língua Portuguesa	60	4	0	4
2	Fundamentos do Agronegócio	60	4	0	4
3	Matemática para Negócios	60	4	0	4
4	Contabilidade Agrícola	90	6	0	6
5	Planejamento Estratégico	60	4	0	4
6	Economia Rural	60	4	0	4
7	Empreendedorismo	90	6	0	6
8	Direito agrário	60	4	0	4
TOTAL		540	36	0	36

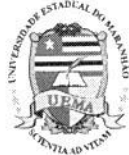
Disciplinas do Núcleo Livre

NÚCLEO LIVRE					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Administração Geral	60	4	0	4
2	Zootecnia Geral	60	4	0	4
3	Filosofia e Ética Profissional	60	4	0	4
4	Bioestatística	60	4	0	4
5	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60	4	0	4
TOTAL EXIGIDO PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR			120		



2.8.2 Ementários e referências das disciplinas do curso

DISCIPLINA: Tecnologia de Produção Animal e Vegetal	CH: 90 HORAS
EMENTA: Estudo dos sistemas produtivos das principais culturas regionais, alimentares e fibras, quanto às tecnologias disponibilizadas. Origem da relação do homem com o animal; processo de domesticação e domesticidade; estudo dos sistemas produtivos de aves, suínos e peixes, com ênfase na apresentação de técnicas modernas de produção animal. Características, conceitos gerais e noções de biologia. Origem e desenvolvimento da agricultura. Fatores que interferem na produtividade agrícola. Zoneamento Agrícola. Agricultura Industrial e Agricultura Orgânica. Solo: formação, composição, fertilidade, conservação e manejo. Amostragem do solo para análise; Recomendação de adubação e calagem, prática da adubação de plantas. Plantio convencional e Plantio Direto. Integração agricultura-pecuária.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BÁSICA: FERREIRA, L.G.R. Fisiologia Vegetal: relações hídricas . Fortaleza: EUFC, 1992. TAIZ, L; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal . M&F Acadêmica Book. São Paulo, 2004. CORRÊA, N.M. LUCIA, J.L. DESCHAMPS, C.J. Tópicos em suinocultura II , Biblioteca Nacional, Pelotas, UFPEL, 2003. MALAVAZZI, G. Avicultura (Manual Prático) . 1999. MOREIRA, H.L.M.; VARGAS, L.; RIBEIRO, R.P.; ZIMERMANN, S. Fundamentos da Moderna Aquicultura . ULBRA, 2001. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: ALUIZIO, B. Melhoramento de espécies cultivadas . 2ª edição, 2005. FERRI, M. G. Fisiologia vegetal . São Paulo: EDUSP, 1985. BERGAMIN-FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia . Vol. I: Princípios e conceitos. São Paulo: Ceres, 1995.	



SOBESTIANSKY, J. WENTZ, I. SILVEIRA, P.R.S SESTI, L. A C. **Suinocultura intensiva**, Embrapa, CNPSA, Concordia, 1998.

MALAVAZZI, G. **Avicultura (Manual Prático)**. 1999.

ARANA L.V. **Aquicultura e desenvolvimento sustentável**. FAPEU/ Editora da UFSC, 1999.

DISCIPLINA: Língua Portuguesa

CH:60 horas

EMENTA:

Desenvolvimento da capacidade de redação em língua portuguesa mediante o exercício das técnicas de síntese textual e da construção do parágrafo, observando-se as normas gramaticais vigentes, com destaque para a pontuação.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos. 1989

ANDRADE, Maria Margarida L.; HENRIQUES, Antônio. **Redação prática: planejamento, estruturação e produção de texto**. São Paulo: Atlas. 1990

MOREIRA, H.L.M.; VARGAS, L.; RIBEIRO, R.P.; ZIMERMANN, S. **Fundamentos da Moderna Aquicultura**. ULBRA, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, Hildebrando Afonso de. **Curso de Redação**. São Paulo: Moderna, 1989.

CUNHA, Celso. **Gramática do Português Contemporâneo**. Belo Horizonte, 1980

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez.



DISCIPLINA: Metodologia Científica	C.H: 60 horas
EMENTA: Desenvolvimento da habilidade para produção de trabalhos acadêmicos e científicos e a investigação da realidade de acordo com as exigências da ciência. Ciência e atitude científica. Metodologia e universidade. Tipologia do conhecimento. Método científico. Ciências sociais e humanas. Estratégias de estudo e aprendizagem. Pesquisa bibliográfica. Pesquisa científica. Iniciação científica. Coleta de dados. Planejamento de pesquisas. Linguagem e redação científicas. Textos e trabalhos científicos.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BASICA: ASTIVERA, Armando. Metodologia da Pesquisa Científica . Porto Alegre, 1983 SILVA, Marcos Antônio. Normas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos na UCG . Goiânia: UCG, 2005 REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: LAKATOS, EVA Maria. Fundamentos de Metodologia Científica . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. MEDEIROS, Karl Marx. Metodologia científica . Nas pegadas da Ciência. 1998. Independente. Brasília – DF	



DISCIPLINA: Matemática para Negócios	C.H: 60 horas
EMENTA: Conhecimentos matemáticos que estimulem o raciocínio lógico e sua aplicação na Administração.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BÁSICA: SILVA, Sebastião Medeiros da, e outros. Matemática Básica para Cursos Superiores . São Paulo: Atlas, 2006. SILVA, Sebastião Medeiros da, e outros. Matemática para os cursos de econômica, Administração e ciências contábeis . São Paulo: Atlas, 1999. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: MORETTIN, Pedro A. et al. Cálculo: funções de uma variável . São Paulo: Atual, 1997. VERAS, Lilia Ladeira. Matemática aplicada à econômica . São Paulo: Atlas, 1999 CRESPO, Antônio Arnot. Matemática comercial e financeira . São Paulo: Saraiva GIOVANNI, José Rui; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JR, José Rui. A conquista da matemática . Vol6 e 7. São Paulo: FTD, 2002.	

DISCIPLINA: Fundamentos do Agronegócio	C.H: 60 horas
EMENTA: Conceitos gerais. A importância do agronegócio para a dinâmica socioeconômica mundial e brasileira. Um panorama das principais cadeias produtivas do agronegócio no Brasil. Análise da competitividade do agronegócio nacional e sua inserção no mercado internacional. Estudos de caso.	



BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos do agronegócio**. 2ª ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

BRUM, Argemiro Luis; MULLER, Patricia K. **Aspectos do Agronegócio no Brasil**. Unijui, 2009.

CALADO, Antonio André Cunha. **Agronegócio**. Atlas, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

BATALHA, Mario Otavio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **Agronegócio no Mercosul**. Atlas, 2009.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JR., João. **Agronegócio - Uma Abordagem Econômica**. Prentice Hall Brasil, 2007.

MONTOYA, Marcos Antonio; PARRÉ José Luiz. **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XX: realidade e perspectivas regional e internacional**. Vol. 2. Passo Fundo: UPF, 2000

ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava; NEVES, Evaristo Marzavel. **Agronegócio do Brasil**. Saraiva, 2006.

DISCIPLINA: Projeto Integrador I	C.H: 60 horas
EMENTA: Desenvolver atividades que promova articulação entre teoria e prática profissional e a interdisciplinaridade entre as disciplinas que compõem o Módulo de Produção.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BÁSICA:	



ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios.**- São Paulo: Atlas, 2003.
BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial:** GEPAI: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais /coordenador - São Paulo: Atlas. 1997, 573p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

COSTA, C. V. C., **Elementos de fertilidade do solo.** Goiânia: Emater-GO, 1 976. 34p.
PINAZZA, Luiz Antônio et al. **Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: agronegócios no terceiro milênio** - Rio de Janeiro: Associações Brasileiras de Agribusiness, 1999. 280p.

DISCIPLINA: Administração Geral	C.H: 60 horas
EMENTA: Correntes do pensamento administrativo: escola clássica, relações humanas, comportamentalista, estruturalista, sistêmica e contingencial. Administração contemporânea. Empreendedores; empresa familiar. Círculo de controle de qualidade e controle de qualidade total. Novas tendências.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BASICA: CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. DIAS, Reinaldo. Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2011. GIGLIO, Ernesto Michelangelo. O comportamento do consumidor. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. Marketing e agribusiness. São Paulo: Atlas, 2003. NASSAR, P.; FIGUEIREDO, R. O que e comunicação empresarial. São Paulo: Brasiliense, 2007. NEVES, M. F. Agronegócio e desenvolvimento sustentável. Rio de	



Janeiro: Atlas, 2007. MILAN, G. E. Administração mercadológica: teoria e pesquisa. Caxias do Sul: EducS, 2004, v. 1. MILAN, G. E. Administração mercadológica: teoria e pesquisa. Caxias do Sul: EducS, 2006, v. 2.

DISCIPLINA: Projeto Integrador II

C.H: 60 horas

EMENTA: Desenvolver atividades que promova articulação entre teoria e prática profissional e a interdisciplinaridade entre as disciplinas que compõem o Período de Administração em Agronegócio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios.**- São Paulo: Atlas,2003.
MENDES,J.T.G.**Economia agrícola: princípios básico e aplicações.** Curitiba. Scientia e Labor. 1989.
BATALHA, M.º (coord) **Gestão Agroindustrial.** São Paulo: Atlas. 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

- PINAZZA, Luiz Antônio et al. **Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: agronegócios no terceiro milênio** - Rio de Janeiro: Associações Brasileiras de Agribusiness, 1999. 280p.
Zilbersztajn, Decio e Fava, Marcos. Organizadores. Vários autores. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares.**
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, **ciência, tecnologia e competitividade.** CNPq. Brasília 1998. 275 p.
VILELA, D. Bressan, CUNHA, M. A.S. **Cadeias de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento.** Brasília: MCT/CNPq. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005, 484p



DISCIPLINA: Planejamento Estratégico	C.H: 60 horas
Ementa: Análise do ambiente interno e externo da organização, Definição das filosofias e políticas, Definição de Objetivos e Estratégia, Definição de Cenários e Tendências, Diretrizes Superiores da Organização, Estratégias Competitivas Modernas, Identificação dos Requisitos dos Clientes, Planejamento Estratégico, Fatores Críticos e de Sucesso, Indicadores de Desempenho e Metas da Qualidade, Tomada de Decisão, Plano de Negócios.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BASICA: PORTER, Michael E. - Estratégia Competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência - tradução de: Elizabeth Maria de Pinho Braga - Rio de Janeiro: Campos, 1986.362 p. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: ANSOFF, H. I. e MCDONNELL, E. J. Implantando a Administração Estratégica . 2a.ed. São Paulo: Atlas, 1993. DE GEUS, A. P. A Empresa Viva: como as organizações podem aprender a prosperar e se perpetuar . Rio de Janeiro: Campus, 1998.	



DISCIPLINA: Contabilidade Agrícola

C.H: 90 horas

EMENTA:

Estudo dos conceitos contábeis, das demonstrações contábeis e do processo de produção de informações aplicadas às organizações dedicadas ao setor agropecuário, com visão sistêmica da cadeia.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Gilberto José dos. **Administração de Custos na Agropecuária**. São Paulo: Atlas, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

MARION, José Carlos. **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas. 1996

MATTOS, Zilda Paes de Barros. **Contabilidade Financeira Rural**. São Paulo. Atlas. 1999.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. São Paulo. Atlas. 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade da Pecuária**. São Paulo: Atlas. 1996

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. **Manual de tributos da Atividade Rural**. São Paulo: Atlas 2002

PADOVEZE, Clovis Luis. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. São Paulo: Atlas, 2007.



DISCIPLINA: Administração Financeira e Orçamentária	C.H: 60 horas
EMENTA: Função financeira. Capital de giro. Formação de preço de vendas. Orçamento - conceitos básicos orçamento operacional, investimentos, execução orçamentária.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BÁSICA: ASSAF NETO, Alexandre, LIMA, Fabiano Guasti. Curso de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2011. GITMAN, Lowrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 10.ed. São Paulo: Pearson Education, 2004. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: SANTOS, E.O. Administração financeira da pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2001.	

DISCIPLINA: Administração Rural	C.H: 60 horas
EMENTA: Administração rural: Conceitos em geral, Principais teorias e funções administrativas, Diagnóstico e análise de ambientes; Clientes, mercados e vantagens competitivas; Planejamento da empresa agropecuária: Conceitos, norteadores estratégicos, definição etipologias, estratégias, etapas da construção do planejamento. Empreendedorismo: perfil e características de um empreendedor.	
BIBLIOGRAFIA	



REFERÊNCIAS BÁSICA:

MEGIDO, J. L. T. Marketing & Agrobusiness. São Paulo: Atlas, 1993. (-) NORONHA, H. F. et al. Administração rural - "Um enfoque para extensionistas" - Brasília-DF: EMBRATER, 1982. (25) ROSSETTI, J. P. Introdução a Economia. 18 ed. São Paulo: Atlas S.A. 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

LEVITT, T. A imaginação de marketing. 2ed. São Paulo. Atlas, 1990. (-) SANTOS, G. J. Administração de custo na agropecuária. São Paulo: Atlas, 1993. (-) SONNENBERG, F.K Administração consciente: como melhorar o desempenho empresarial com integridade e confiança. São Paulo: Cultrix, 2000. 220p.

DISCIPLINA: Administração da Produção e Operações	C.H: 60 horas
EMENTA: Programa de produção. Sistema de emissão de ordens. Liberação da produção de qualidade. Inovação tecnológica. Noções de ergonomia e automação. Localização industrial e arranjo físico.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BÁSICA: CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. – “Administração de Produção e Operações” – São Paulo: Atlas, 2004. CHASE, Richard B.; AQUILANO, Nicholas J.; JACOBS, F. Robert. Administração da produção e operações: para vantagens competitivas. São Paulo: McGraw Hill, 2006.	



GIANESI, Ig.n. & CORRÊA, H.L.C. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 1999. RITZMAN, Larry P.; KAJEWSKI, Lee; MALHORTA, Manoj. Administração da produção e operações. São Paulo: Prentice Hall, 2009. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Marco Antonio de. Administração de produção e operações. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. LAMMING, Richard; BROWN, Steven; JONES, Peter. Administração de produção e operações. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 2005. MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. São Paulo: Cengage, 2008.

DISCIPLINA: Projeto Integrador III

C.H: 60 horas

EMENTA:

Desenvolver atividades que promova articulação entre teoria e prática profissional e a interdisciplinaridade entre as disciplinas que compõem o período de Economia em Agronegócio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

ANTUNES, L.M., REIS, L.R. **Gerência agropecuária: análise de resultados** - Guaíba: Agropecuária, 1998.
ENGEL, A. ANTUNES, L. M. **Manual de administração rural: custos de produção**. 2. ed. revisada e ampliada – Guaíba: Agropecuária, 1996.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

BATALHA, M. O. (coord). **Gestão Agroindustrial** . São Paulo: Atlas, 2007.



DISCIPLINA: Gestão da Qualidade e Certificação	C.H: 90 horas
EMENTA: Conceito, evolução histórica e a concepção moderna da qualidade. Ferramentas de qualidade. Organismos de qualidade no Brasil e no mundo. Melhoria contínua. Qualidade como fator de competitividade. Sistemas de rastreabilidade. Selos de qualidade no agronegócio. Normas. Certificação de processos, produtos e ambiental. Estudos de caso.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BASICA: MARSHALL, JR. I. et al. Gestão da qualidade . Rio de Janeiro: FGV, 2007. PENTEADO, Silvio Roberto. Certificação Agrícola - Selo Ambiental e Orgânico . Via Orgânica, 2009. ROTONDARO R. Seis sigma: estratégia gerencial para melhoria do processo, produtos, serviços . Atlas 2002. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – Série de Normas NBR ISO 9000 – Sistemas de Gestão da qualidade Rio de Janeiro: ABNT 2000 . ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – planos de amostragem, vol. 1 e 2. São Paulo, ABNT, 1977 NBR 5426 e 5429. ZYLBERSZTAJN, D; SCARE, R. F. Gestão da Qualidade no Agribusiness - Estudos e Casos . Atlas, 2003.	

DISCIPLINA: Economia Rural	C.H: 60 horas
EMENTA: Definições, objeto e metodologia das Ciências Econômicas. Breve Evolução das Ciências Econômicas. Introdução aos problemas econômicos. A organização da atividade econômica. Tópicos de microeconomia aplicados às atividades do agribusiness. Teoria do consumidor. Teoria da firma. Estrutura de mercados. Tópicos	



relevantes de macroeconomia aplicados às atividades do agribusiness. Medidas de atividade econômica. Instrumentos de política econômica. Inflação. Comércio internacional. Noções de desenvolvimento e crescimento econômico. Importância da agropecuária e agroindústria para o desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

MONTOURO FILHO, A. F. Manual de economia. São Paulo. Saraiva, 1991, 443p. (17)
ROSSETI, J. P. Introdução à economia. 18a ed. São Paulo, 2000. (3)
SOUZA, N. J., et al. Introdução à economia. São Paulo, Atlas, 2000. 374p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

MENDES, J. T. G. Economia Agrícola: princípios básicos e aplicações. Curitiba, Scientiaet Labor, 1989. 399 p. (-)
SOUZA, N. J. Curso de economia. São Paulo. Atlas 2000

DISCIPLINA: Planejamento Agrícola

C.H: 60 horas

EMENTA:

Planejamento. Organização da empresa rural. Planejamento na elaboração de um projeto agrícola.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:BRITO, Paulo. Análise e Viabilidade de Projetos de Investimentos. Atlas. 2007. DEGEN, Ronald. O Empreendedor. Prentice Hall Brasil, 2009. HELDMAN, Kim. Gerência de Projetos. Campus. 2009

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

ANTUNES. Gerência Agropecuária - Análise de resultados. Agropecuária. 2000.
BAXTER. Projeto de Produto. Edgard Blucher. 2000. CONTURSI, Ernani Bevilaqua.



Criatividade em Business. Sprint, 2003. FLORES, Aécio Witches. Projetos e Orçamentação Agropecuária. Agropecuária, 2001. KOPITKE, Bruno Hartmut; CASAROTTO FILHO, Nelson. Análise de Investimentos. Atlas, 2007. OLIVEIRA, Luis Martins de; COSTA, Rogério Guedes; PEREZ JR, Jose Hernandez. Gestão Estratégica de Custos. Atlas, 2009. SANTOS, G; MARION, J C; SEGATTI, S. Administração de custos na Agropecuária. Atlas, 2009

DISCIPLINA: Economia e Política
ambiental dos Recursos Naturais

C.H: 60 horas

EMENTA:

Questão ambiental. A valorização do ambiente e dos recursos naturais. Ineficiências do mercado e das políticas. O conceito de desenvolvimento sustentável. Análise benefícios-custos de projetos sob o ponto de vista ambiental. As valorizações monetárias dos efeitos físicos, das preferências expressas e das preferências reveladas. Referência a problemas concretos de análise econômica da utilização de recursos naturais. A economia do solo, da água, da biodiversidade, da conservação da natureza e da paisagem.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALIER, J. M.; JUSMET, J. R. **Economia ecológica y política ambiental**. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.



--

DISCIPLINA: Economia e Políticas agrícolas

C.H: 90 horas

EMENTA:

Conceitos de Economia. Microeconomia: demanda, oferta, equilíbrio de mercado, elasticidade, teoria da produção, estruturas de mercado. Macroeconomia: indicadores econômicos, políticas econômicas e seus instrumentos. Crescimento e desenvolvimento. Instrumentos específicos de política agrícola: preços, crédito rural, seguro agrícola, programas especiais e agricultura familiar. Contextualização histórica do crescimento econômico agropecuário; estudos dos principais conceitos e problemas econômicos, analisados pela micro e macroeconomia, aplicados ao agronegócio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

GREMAUD, Amaury P; AZEVEDO, P Furquim; DIAZ, Maria D Montoya. **Introdução à Economia**. Atlas, 2007.
MOREIRA, Jose Octavio Campos; TIMACO, Fauzi. **Economia - Notas Introdutorias**. Atlas, 2009.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel. **Fundamentos de Economia**. Saraiva, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.
BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo. Atlas, 2004, 226 p.
VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2001
ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. **Economia Agrícola, Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira**. São Paulo: MacGraw-Hill, 1987.
CAVINA, R. **Introdução à economia rural brasileira**. São Paulo: Atlas, 1979



ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agonegócios**. São Paulo: Atlas, 2003

DISCIPLINA: Extensão Rural

C.H: 60 horas

EMENTA:

Caracterização da realidade agrícola; desenvolvimento e mudança social; extensão rural sob o ponto de vista crítica; "Revolução Verde"; Padrões agrícolas e alimentares; Agricultura; Agroindústria e alimentação; A problemática da pequena produção; Processos de comunicação e metodologia; Modelos pedagógicos e extensão rural. Planejamento da ação extensionistas.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BASICA:

BORDENAVE, I. D. O que é comunicação rural. São Paulo: Brasiliense. 1984.
BARROS, E. V. Princípios de Ciências Sociais para a extensão rural. Viçosa: Editora UFV, 1994.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Sociologia Geral. 7ed. São Paulo: Atlas, 1999. 373p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

MARCELINO, N. C. Introdução às Ciências Sociais. 6ª ed. Campinas: Papirus, 1996.
ROMAN, J. R. As forças da motivação. São Paulo: Vida, 2000.

DISCIPLINA: Projeto Integrador IV

C.H: 60 horas

EMENTA:

Desenvolver atividades que promova articulação entre teoria e prática profissional e a interdisciplinaridade entre as disciplinas que compõem o Período de Comercialização.



BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

XAVIER, Coriolano; MEGIDO, J. L. **Tejon. Marketing & agribusiness.** São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, M. F.; CASTRO L. T. (org). **Marketing e estratégia em agronegócio de alimentos** São Paulo: Atlas, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

BATALHA, M. O. (coord). **Gestão Agroindustrial** . São Paulo: Atlas, 2007.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Qualidade total: padronização de empresas.** Belo Horizonte. Fundação Christiano Ottoni, 1995.

DISCIPLINA: Empreendedorismo

C.H: 90 horas

EMENTA:

Apresentar conceitos; perfil do empreendedor; a constituição de empreendimentos no setor do agronegócio: aspectos estratégicos, gerenciais e operacionais. Empreendedorismo frente à gestão de pessoas e das organizações. Possibilitar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao empreendedorismo. O plano de negócios; criatividade e inovação; questão da cooperação e da competição; e o compromisso sócio-ambiental.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.



DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo** - Transformando Idéias em Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PELLMAN, Ron; PINCHOT, Gifford. **Intra - Empreendedorismo na Prática - Um Guia de Inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

**DISCIPLINA: Administração e Uso
Integrado da Propriedade Agrícola**

C.H: 60 horas

EMENTA:

Caracterização das unidades de produção agrícola. Custos de produção. Teoria de produção. Análise da rentabilidade econômica. Comercialização, crédito e seguro agrícola. Contabilidade agrícola. Métodos de planejamento das unidades de produção. Projetos de uso de uma propriedade agrícola dentro de um enfoque sistêmico e integrado da produção.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BASICA:

ANTUNES, I. E. Manual de administração rural: custos de produção. Guaíba, Ed. Agropecuária, 196p.

DELGADO, G. C.(2000). Cestabásica: o que há de novo na regulação dos mercados agrícolas. In: BELIK, W. e MALUF, R. S. (Ed.). Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas, UNICAMP/CPDA, pp. 65-75, 234p.



- DUFUMIER, M.(1996). Lesprojets de développementagricole: manuel d'expertise. Paris, CTA – Kartala, 354 p.
- LIMA, J. B. de(1999). Novas exigências na formação gerencial para cadeias agroalimentares. Informe Agropecuário. Belo Horizonte, v. 20, nº 199, p. 29-37.
- LIMA, A. P. de et al. (1995). Administração da unidade de produção familiar. Ijuí, UNIJUI, 76 p.
- PINHEIRO MACHADO, L. C. & RIBAS, C.Economia Solidária: solução ou sofisma. Texto de circulação restrita (xerox), UFSC, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

- SOLDATELLI, D. et al. (1993). Glossário de termos de administração rural. Anais... Concórdia,EPAGRI, pp. 75-105, 375 p.
- SOLDATELLI, D. et al. (1992). Margem bruta, lucro e outros índices. Anais... Semana de atualização em administração rural. Florianópolis, EPAGRI, pp. 27-47.
- SPIES, A. et al. (s/d). Curso profissionalizante de administração rural. Florianópolis, EPAGRI, 129 p.
- SUSKI, P.P.(1993). Orçamento total e parcial. Anais... Semana de atualizaçãoem administração Rural. Florianópolis, EPAGRI, pp. 49-59,263 p.
- THAME, F. R. M. & COELHO, L. O. (s/d). Elaboração e avaliação de projetos agropecuários. IBCB,80 p.

DISCIPLINA: Mercado e Comercialização agrícola	C.H: 60 horas
EMENTA: Conceitos básicos. Estrutura de mercados agrícolas. Análise de preços. Sazonalidade e margens e canais de comercialização. Logística de mercado. Padrões de	



competitividade da concorrência. Segmentação do mercado (interno e externo). Mercados agrícolas e agroindustriais. Concorrentes e janelas de mercado. Barreiras tarifárias e não tarifárias no mercado internacional. Seminário temático.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

MARQUES, P.V. & AGUIAR, D. R. D. Comercialização de Produtos Agrícolas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. 295 páginas.

BARROS, G. S. de C. Economia da Comercialização Agrícola. Piracicaba, FEALQ, 1987, 306p.

MARQUES, P.V. & MELLO, P.C. Mercados futuros de commodities agropecuárias: exemplos e aplicações aos mercados brasileiros. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros (Bm&F), 1999. 208 páginas.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

ALVES, L.R.A.; BARROS, G. S.A. C.; BACCHI, M.R.P. Produção e exportação de algodão: efeitos de choques de oferta e de demanda. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 4, p. 383-408, 2008.

BACHA, C.J.C; SILVA, G.S. Instrumentos Privados do Agronegócio. Agroanalysis, Rio de Janeiro, n. 9/10, v. 25, 2005.

BARROS, G. S.A. C.; BACCHI, M. R. P. ; BURNQUIST, H. L. Estimativa de Equações de Oferta de Exportação de Produtos Agropecuários para o Brasil (1992/2000). Texto para Discussão . IPEA, Brasília, n. 865, p. 1-51, 2002.

BARROS, G. S.A. C.; SILVA, S.F. A balança comercial do agronegócio brasileiro de 1989 a 2005. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 46, n. 4, p. 905-935, 2008.

FRAGA, G. J. ; SILVA NETO, W. A. . Eficiência no mercado futuro de commodity: evidências empíricas. Revista Econômica do Nordeste , v. 42, p. 125-137, 2011

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; RODRIGUES, R.I. Financiamento da Agricultura: experiências e propostas. Brasília: IPEA, 67 p. (Projeto BRA 97/013), 2000.

HOFFMANN, R. Estatística para economistas. 4 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. 432 p.



SATOLO, L.F.; BACCHI, M.R.P. Dinâmica econômica das flutuações na produção de cana-deaçúcar. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, p. 377-397, 2009.
SAYAD, J. Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1984. 125 p.

**DISCIPLINA: Infraestrutura de
Produção e do Agronegócio**

C.H: 60 horas

Funções e objetivos dos sistemas de produção e a infraestrutura física, máquinas e equipamentos necessários para implementá-los. Componentes físicos e não-físicos dos sistemas produtivos. Os Fluxos e operações de produção. Problemas básicos dos sistemas operacionais: capacidade, carga, programação de atividades, intocabilidade, localização, layout, processo e produto. Tendências modernas nos principais sistemas produtivos do agronegócio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

Planejamento de propriedade agrícola. Modelos de decisão. EMBRAPA. Brasília, 299p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

Máquinas Agrícolas. Editora Manole Ltda. 1a. Ed. S. Paulo, 1987. 307p.

MIALHE, L.G. Manual de Mecanização Agrícola. Ed. Ceres. São Paulo, 1974. 301p.

CONTINI, E. et alii. GADANHA JR., C.D. et alii. **Máquinas e implementos agrícolas do Brasil.** São Paulo, NSIMA/ CIENTEC, 1991. 468p.

HIRSCHFELD, H. **Planejamento com PERT-CPM e análise de desempenho.** São Paulo: ATLAS. 397p.



RÍPOLI, T.C.C. (Coordenador). **Coletânea de artigos sobre mecanização e máquinas agrícolas**. Vol. I, II, III, IV. ESALQ-DER. Piracicaba, 1986-1988. 964p.

DISCIPLINA: Produção Agroindustrial C.H: 60 horas

EMENTA:

Análise dos principais complexos agroindustriais. Sistemas de produção agroindustrial (beneficiamento, processamento e transformação). Matérias primas para a Agroindústria: características gerais, classificação e padrões de qualidade. Processos agroindustriais: operações unitárias, tecnologias de produção: instalações e equipamentos envolvidos. Conservação e armazenamento das matérias-primas e produtos agroindustriais. Uso de aditivos segundo o Mercosul, uso de operações e processos combinados na conservação de alimento.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

- BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agroindustrial V 1** - GEPAL. Atlas, 2007.
BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agroindustrial V 2** - GEPAL. Atlas, 2009.
BOBBIO, Paulo A; BOBBIO, Florinda Orsatti. **Introdução à Química de Alimentos**. Varela, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

- GAVA, Altair Jaime. **Princípios de Tecnologia de Alimentos**. Nobel, 2002.
GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; SOUSA FILHO, Hildo Meirelles de. **Metodologia para Estudo das Relações de Mercado em Sistemas Agroindustriais**. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, 2007. Em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Publicacoes%20Pas/B0666P.pdf>.



SILVA, Carlos Arthur Barbosa; FERNANDES, Aline Regina. **Projetos de Empreendimentos Agroindustriais: Produtos de Origem Vegetal** Vol2. Agrolivros UFV, 2003.

SILVA, Carlos Arthur Barbosa; FERNANDES, Aline Regina. **Projetos de Empreendimentos Agroindustriais: Produtos de Origem Animal** Vol1. Agrolivros UFV, 2003.

DISCIPLINA: Comercialização de Produtos Agropecuários	C.H: 90 horas
EMENTA: Apresentar conceitos; contextualização histórica; estrutura e funcionamento dos mercados atacadista e varejista. Estrutura de governança e custos de transação aplicados à comercialização. Principais tipos de contratos. Custos, margens, participação do produtor e canais de comercialização. Transporte e armazenamento de produtos agropecuários. Classificação, padronização e embalagens. Comercialização de insumos agropecuários. Avaliação do melhor canal de comercialização, conforme organizações do agronegócio.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BÁSICA: BATALHA, Mário Otávio (Coord). Gestão Agroindustrial , vol I e II. São Paulo: Atlas, 2007. CALLADO, Antônio André Cunha (Org.) Agronegócio . São Paulo: Atlas, 2005. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:	



ROSSETTO, Carlos Ricardo & MONTOYA, Marco Antônio (Org.). **Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro**. Ed. UPF, 2002.
NEVES, Marcos Fava (Coord.). **Agronegócios & desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA: Projeto Integrador V

C.H: 60 horas

EMENTA:

Desenvolver atividades que promova articulação entre teoria e prática profissional e a interdisciplinaridade entre as disciplinas que compõem o Período de Logística no Agronegócio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

XAVIER, Coriolano; MEGIDO, J. L. **Tejon. Marketing & agribusiness**. São Paulo: Atlas, 2003.
NEVES, M. F.; CASTRO L. T. (org). **Marketing e estratégia em agronegócio de alimentos** São Paulo: Atlas, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

BATALHA, M. O. (coord). **Gestão Agroindustrial** . São Paulo: Atlas, 2007.
CAMPOS, Vicente Falconi. **Qualidade total: padronização de empresas**. Belo Horizonte. Fundação Christiano Ottoni, 1995.

DISCIPLINA: Direito Agrário e Ambiental

C.H: 60 horas

EMENTA:

Meio ambiente; recursos naturais; atividade e política agrária.

BIBLIOGRAFIA



REFERÊNCIAS BÁSICA:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ANTUNES, Paulo Bessa. **Curso de Direito Ambiental**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 5ª ed. Goiânia: AB Editora, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2000.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

REBELLO FILHO, Wanderley e BERNARDO, Christine. **Guia Prático de Direito Ambiental**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1999.

MORAES, Luís Carlos da Silva. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. Revista dos Tribunais, 2000.

GUERRA, Isabella Franco. **Ação Civil Pública e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DISCIPLINA: Logística no Agronegócio C.H: 60 horas

EMENTA:

Cadeias de Produção Agroindustrial. Previsão de demanda. Conceitos de logística empresarial, estratégia e planejamento da logística, sistema de transporte, processamentos de pedidos e sistemas de informação, controle de estoques, armazenagem de produto, movimentação de mercadorias, decisões de compras de programação e dos suprimentos, decisões de localização das instalações, custos logísticos, logística integrada, cadeia de suprimentos. Planejamento e controle de frota. Otimização de roteiros de máquinas. Estudos de casos.



BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. Bookman, 2006.
- BERTAGLIA. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento**. Saraiva. 2009.
- BOWERSOX, D; COOPER, M. B; CLOSS, D J. **Gestão Logística de Cadeias de Suprimentos**. Bookman, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

- CAIXETA-FILHO. **Gestão de Logística do Transporte de Cargas**. Atlas. 2002.
- GAMEIRO; CAIXETA. **Sistemas De Gerenciamento de Transportes**. Atlas. 2001.

DISCIPLINA: Associativismo e Cooperativismo	C.H: 60 horas
--	----------------------

EMENTA:

Apresentar conceitos; contextualização histórica; estrutura e funcionamento dos diversos tipos de associações e cooperativas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

- BATALHA, Mário Otávio (Coord). **Gestão Agroindustrial**, vol I e II. São Paulo: Atlas, 2007.
- CALLADO, Antônio André Cunha (Org.) **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

- ROSSETTO, Carlos Ricardo & MONTOYA, Marco Antônio (Org.). **Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro**. Ed. UPF, 2002.



NEVES, Marcos Fava (Coord.). **Agronegócios & desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENES, Rogério M. T.; GIMENES, Fátima M. P. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. Ver. Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, vol. 7, n. 1- jan/jun/2006.

DISCIPLINA: Custo de Produção e Formação de Preços e **C.H: 90 horas**

EMENTA:

Custos: conceitos e classificações; sistemas e métodos de custeamento; análise e controle de custos; formação do preço.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

BERNARDI, Luiz Antônio. **Política e formação de preços** – uma abordagem competitiva, sistêmica e integrada. São Paulo: Atlas, 1998

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Martins de; PERES JR, José Hernandez. **Contabilidade de custos para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2000

PERES JR, José Hernandez et al. **Gestão estratégica de custos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

ATKINSON, Anthony et al. **Contabilidade gerencial** São Paulo: Atlas, 2000

CHING, Yuh Hong. **Gestão baseada em custeio por atividades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997



HORNGREEN, Charles T et. All. **Contabilidade de custos**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA: Tecnologia, Meio Ambiente e Competitividade	C.H: 90 horas
--	----------------------

EMENTA:

Desenvolver o processo de evolução e impacto da tecnologia nos empreendimentos do agronegócio, como fator de melhoria de qualidade, aumento de produtividade e competitividade, analisando os problemas decorrentes ao meio ambiente e suas consequências, a fim de desenvolver uma visão com enfoque estratégico.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

Medeiros, J. X et al. “Integração e Cooperação Tecnológica”. In: **Caldas, Rui A. et al (Orgs.)** “O Agronegócio Brasileiro: Ciência e Tecnologia para a Competitividade.” CNPq. Brasília. 1998.

Waack, Roberto S. “Gerenciamento de Tecnologia e Inovação em Sistemas Agroindustriais.” In: **Zylbersztajn, D. e Neves, M. Fava (Orgs.)** “Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares.” pp. 323-347. Ed. Pioneira. São Paulo. 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

Ehlers, Eduardo M. “O que se entende por Agricultura Sustentável?” Tese de Mestrado. USP/FEA - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo. 1994. (Capítulo 3 – O Ideal da Sustentabilidade – páginas 82 a 117) **(Obrigatória)**

Haddad, Paulo R.(Org.) A Competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil: Estudos de Clusters. Brasília: CNPQ/Embrapa, 1999.265p (Parte 1. A Concepção de Desenvolvimento Regional – pagina 09-36).



DISCIPLINA: Gestão Agrícola	C.H: 60 horas
EMENTA: Caracterização, ambiente e papel da administração da pequena empresa rural; principais teorias de administração na gestão do empreendimento rural; a teoria da qualidade na agricultura; métodos de observação na propriedade rural; noções de contabilidade geral e analítica; o diagnóstico pela análise comparativa; uso de referências de administração rural; o planejamento técnico-econômico-financeiro da pequena e média empresa rural; problemas típicos de decisão em empreendimentos agropecuários.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BÁSICA: ANSOFF, I. Administração estratégica. São Paulo:Atlas S.A., 1990. 216p ANSOFF, I.; McDONNEL, E.J. Implantando e administrando estratégica. 2 ed. São Paulo:Atlas, 1993. 592p. BERNARDES, C. Sociologia aplicada à administração – O comportamento organizacional. São Paulo:Atlas, 1994. 296p. FISCHMANN, A.A.; ALMEIDA, M.I.R. Planejamento estratégico na prática. 2 ed. São Paulo:Atlas, 1993. 193p. KLOTTER, P. Marketing (edição completa). São Paulo:Atlas, 1992. 596p. LAFER, B.M. Planejamento no Brasil. 4 ed. São Paulo:Perspectivas, 1994. MELNICK, J. Manual de projetos de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro:Entrelivros Cultural, 1978. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: NORONHA, J.F. Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica. São Paulo:Atlas, 1997.	



DISCIPLINA: Zootecnia Geral	C.H: 60 horas
EMENTA: Importância econômica dos animais domésticos; Históricos da Zootecnia; Definições e termos zootécnicos; Espécies zootécnicas, na sua origem, domesticação e evolução; Raças e variedades. Climatologia zootécnica. Fundamentos em etologia. Fundamentos em sanidade animal.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BASICA: ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de Agronegócios . 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. CAVALCANTE, A.C.R.; WANDER, A.E.; LEITE, E.R. (eds). Caprinos e ovinos de corte: o produtor pergunta, a Embrapa responde . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. GOMIDE, Lúcio Alberto de Miranda, et al. Tecnologia de abate e tipificação de carcaças . Viçosa, MG: UFV, 2006. REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR: Publicações científicas atualizadas na área da disciplina, por exemplo: livros, legislações, artigo e/ou matéria de revista científica, periódicos especializados, publicações de eventos científicos anuais, biblioteca on-line (link da UNIFIMES) e acervo virtual: Capes, Google Acadêmico, SciELO, entre outros.	

DISCIPLINA: Bioestatística	C.H: 60 horas
EMENTA: Estatística Descritiva: variáveis, banco de dados, organização de dados, frequências, medidas de tendência central, medidas de posição, medidas de dispersão, apresentação	



deresultados em tabelas e figuras; Bases da Estatística Inferencial: distribuições de frequências, erro padrão, inferência sobre uma média (teste z), teste de hipóteses, erro tipo I, erro tipo II, poder, intervalo de confiança, inferência sobre duas médias (testes z, t, t'), Inferência sobre duas proporções (Qui-quadrado, teste exato de Fisher); Técnicas de amostragem e cálculo de tamanho amostral; ANOVA de uma via; Correlação e regressão linear; Análise de regressão logística; Análise de sobrevivida

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICA:

Ahlbom A (2000). Biostatistics for Epidemiologists.

Lewis Ed, EEUU. -Altman DG (1991).

Practical Statistics for Medical Research. Chapman and Hall, London. -Armitage P, Berry G, Matthews JNS (2002).

Statistical Methods in Medical Research. 4a Ed. Blackwell Scientific Publications, Oxford. -Berquó ES, Pacheco de Souza JM, Gotliod SLD (1985).

Bioestatística. Editora Pedagógica e Universitária. São Paulo. -Bland M (2002).

Anintroductionto Medical Statistics. Oxford Medical Publications, Oxford. -Bryman A, Cramer D (1995). Quantitative data analysis for social scientists. Routledge, London

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

Clayton D & Hills M (2002). Statistical Models in Epidemiology. Oxford Science Publications.

-Kahn HA & Sempos CT (1989). Statistical Methods in Epidemiology. Oxford University Press. -Kirkwood BR & Sterne JAC (2003). Essential Medical Statistics. 2nd Ed. BlackwellScientificPublications. Oxford. -Levin J (1987). Estatística Aplicada às

Ciências Humanas. Harper and Row do Brasil. São Paulo. -Naiman A, Rosenfeld R, Zirkel G. (1986) Understanding Statistics. 3 a ed, McGrawHill, Inc.New York. -

Rodrigues PC (2002). Bioestatística. EDUFF- Editora Universitária. 2 a Ed, Rio de Janeiro. -Ruiz F (1993). Estatística Básica Aplicada à Saúde. Ministério da Saúde,

Brasília. -Saunders BD & Trapp RG (1994). Basic & Clinical Biostatistics. Appleton & Lange. Norwalk, Connecticut. -Siegel S (2006). Estatística não-paramétrica para as



ciências do comportamento. McGraw-Hill do Brasil, São Paulo. -Silva NN (1998).
Amostragem Probabilística. EDUSP, São Paulo. -Swinscow TDV (2001). Statistics at
square one. British Medical Journal, London. -Tabachnick BG, Fidell LS (2007). Using
Multivariate Statistics. 5th ed. Boston: Allyn and Bacon. - Vieira S (2008). Introdução à
Bioestatística. Rio de Janeiro: Campus.

DISCIPLINA: Estágio Curricular	C.H: 240horas
Supervisionado	
EMENTA: A supervisão de estágio deve ser entendida como acompanhamento e assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional, por docentes (supervisor e preceptores de estágio), reconhecidos pela Coordenação do Curso, de forma a proporcionar aos estagiários o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão em que se processa a vivência prática.	
BIBLIOGRAFIA REFERÊNCIAS BASICA: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil: conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3. 271 p. _____. Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 2. 88 p. _____. Referencial curricular nacional para a educação infantil: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1. 105 p. SPODEK, Bernard; SARACHO, Olivia N. Ensinando crianças de três a oito anos. Porto Alegre: ArtMed, 1998.	



REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Idalina Ladeira; CALDAS, Sarah P. de Souza. Atividades na pré-escola. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1988. LIMA, Maria Socorro Lucena ... [et al]. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 5. ed. Campinas Papirus, 2000. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais (Libras)	CH: 60
EMENTA: Proporcionar subsídios teóricos e práticos que fundamentem a atividade docente na área do surdo e da surdez e compreender as transformações educacionais, considerando os princípios socio-antropológicos e as novas perspectivas da educação relacionadas à comunidade surda.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS:	
CAPOVILLA, Fernando César. Enciclopédia da língua de sinais brasileira . São Paulo: Ed. USP, 2005.	
CORRÊA, Ruan Pablo de Araújo. A utilização da linguagem de sinais como recurso de comunicação diferencial . [S.l.:s.n.], 2014.	
DORZIAT, Ana. O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão . Petrópolis: Vozes, 2009.	
KARNOPP, L. Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira . Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:	
GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.	
PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. Curso de Libras I . (DVD) LSB Vídeo: Rio de Janeiro. 2006.	
Dicionário virtual de apoio: http://www.acessobrasil.org.br/libras/	
Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – http://portal.mec.gov.br/seesp	



2.8.3 Estágio curricular supervisionado

A Lei nº. 6.494/1997, o Decreto nº. 87.497/1982, a Lei nº. 8.859/1994, o Decreto nº. 2.080/1996, o artigo 82 da Lei nº. 9.394/1996, o Parecer CNE/CES 184/2004 e Resolução CNE/CES nº. 4/2006 compõem o escopo legal do estágio supervisionado das profissões no Brasil.

O Estágio Curricular Supervisionado é uma unidade curricular de ensino com uma carga de 180 horas mínimas; deverá ser cursado em empresas relacionadas à área de formação do profissional. Os estudantes poderão realizar o estágio curricular supervisionado no 6º período. semestre letivo. Tem como objetivo proporcionar ao aluno a realização de atividades práticas nas diferentes áreas de atuação do Tecnólogo em Agronegócio, bem como contribuir para a solução de problemas específicos da área.

Para a consecução desse objetivo, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve:

- a) proporcionar ao aluno a vivência de situações reais de vida e de trabalho, que lhe viabilize a integração dos conhecimentos teórico-práticos à experiência profissional;
- b) contribuir na busca de alternativas para solução de problemas que se configurem na prática em cada área específica do Estágio Curricular Supervisionado;
- c) tornar viável a articulação e integração entre Universidade / Organização / Comunidade;
- d) proporcionar ao aluno a afirmação profissional, através da identificação profissional em cada área de atuação do Tecnólogo em Agronegócio, pré-validando sua capacitação;
- e) possibilitar a atualização e a “realimentação” do ensino através da aplicação e da avaliação de conceitos teóricos inseridos na prática, em um contexto social específico.

A supervisão de estágio deve ser entendida como acompanhamento e assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional, por docentes (supervisor e preceptores de estágio), reconhecidos pela Coordenação do Curso, de forma a proporcionar aos estagiários o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão em que se processa a vivência prática.

A avaliação do desempenho do aluno estagiário será realizada de forma contínua e sistemática durante o desenrolar de todo o estágio, envolvendo a análise dos aspectos atitudinais e técnico-profissionais. No estágio, a avaliação final do estagiário será feita mediante o exame do



Relatório de Estágio e da observância da frequência do mesmo às orientações e ao campo de estágio.

O Curso de Tecnologia em Agronegócio busca continuamente ampliar os cenários de aprendizagem por de convênios para estágio em serviços dentro e fora do município sede do curso.

2.8.4 Atividades Complementares – AC

É desejável que o estudante dos cursos superiores de tecnologia participe das atividades do curso para além da simples frequência às aulas, a fim de que seja protagonista de sua aprendizagem por meio do envolvimento com desafios mediados pelos professores. Desse modo, espera-se que o papel do estudante não seja de mero ouvinte; pelo contrário, que seja sujeito do ato de aprender por meio de vivências significativas como visitas técnicas, palestras, semanas acadêmicas, iniciação científica, desenvolvimento de projetos, entre outras atividades. Essas atividades podem ser iniciadas desde o primeiro semestre, com carga horária de 180 horas.

As atividades educacionais complementares devem privilegiar a construção de comportamentos sociais e profissionais que as atividades acadêmicas tradicionais, de sala de aula ou de laboratório.

As Atividades Complementares de Graduação poderão compreender as seguintes modalidades:

GRUPO	ATIVIDADE	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
ENSINO	Disciplinas de outros cursos/IES na área de formação de do tecnólogo.	Histórico Escolar ou declaração do órgão de controle acadêmico.
	Cursos de curta duração	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.
	Monitorias	Relatório semestral, com a ciência do professor orientador e a validação do



		Coordenador(a) de Curso
	Curso de idiomas	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.
	Curso de informática	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.
	Participação em reuniões de departamento, colegiado e conselhos da Uema	Declaração assinada pelo presidente da Assembleia Departamental, Diretor de Curso ou do Conselho, conforme o caso
	Representante de CA e DCE	Declaração com a composição dos representantes e a função exercida, assinada pelo presidente.
PESQUISA	Participação em Projetos de Iniciação Científica	Relatório parcial e/ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de pesquisa da Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.
	Participação em Projetos de Pesquisa	Declaração assinada pelo presidente da Coordenador da Pesquisa
	Publicação de trabalho em anais de congressos e similares	Comprovação da publicação no evento e a cópia do material publicado.
	Apresentação de trabalho em eventos acadêmico-científico	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo



		evento e a Cópia do trabalho apresentado.
	Artigo publicado em revista científica	Comprovação da publicação e a cópia do artigo publicado.
	Membro de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq	Declaração assinada pelo presidente da Coordenador do Grupo
	Participação como Ouvinte em Congressos, Simpósios e Seminários	
EXTENSÃO	Atividade de Extensão reconhecida pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	Relatório parcial e/ou Final com a ciência do Professor orientador e do coordenador de Extensão da Pró-Reitor de Exte
	Participação em seminários, congressos, encontros estudantis, entre outros de atualização e congêneres.	Certificado emitido pelo órgão responsável pelo evento, com especificação da carga horária cumprida. (Caso não tenha a carga horária no certificado, conta-se 8h por dia)
	Participação em curso de extensão e atualização, na área de educação reconhecido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Uema.	Certificado do coordenador do curso com a ciência da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Uema.
	Participação em visitas programadas em	Declaração assinada pelo Professor que liste os acadêmicos



	instituições educacionais ou áreas afins.	participantes, com especificação da carga horária cumprida e o objetivo da visita.
	Participação na organização, coordenação de cursos e/ou eventos científicos, na área do curso ou afins	Declaração assinada pela coordenação do evento e do coordenador do curso de graduação do estudante.
	Participação em intercâmbios institucionais	Declaração da instituição que intermediou o intercâmbio, descrevendo o período e as atividades realizadas.
	Trabalho realizado em campanhas de voluntariado ou programas de ação social.	Declaração assinada pelo representante legal do órgão onde as atividades foram realizadas, especificando as principais atividades, local, data e/ou período.
	Estágios extracurriculares	Cópia do termo de convênio devidamente assinado pelas partes conveniadas ou do cadastro da Instituição junto à IES e relatório semestral da Instituição/Empresa atestando o cumprimento das atividades, com especificação da carga horária cumprida.



INICIAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	Atividade de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ou Final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
	Participação em projetos inovadores em comunicação, design e aplicativos aplicados ao agronegócio.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.
	Participação em projetos de introdução de novos benefícios ou novos de interação e/ou inclusão social (inovação social).	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

2.8.5 Trabalho de conclusão de curso – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma das atividades que compõem a formação universitária de caráter técnico-científico, sendo entendido como produto resultante do conhecimento construído no decorrer da formação e qualificação do aluno. Tem por objetivo a consolidação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de Tecnologia em Agronegócio, assim como incentivar a continuidade da produção científica e busca de soluções na área após a graduação.

No curso de Tecnologia em Agronegócio, para a conclusão do curso, o TCC tem um caráter diferenciado que privilegia a experiência profissional, além da capacidade investigativa.

O TCC deverá ser apresentado sob a forma de uma proposta monográfica com material de conteúdo técnico ou metodologia de trabalho cujos temas deverão versar sobre questões ligadas



ao Agronegócio. O trabalho a ser elaborado e apresentado pelos acadêmicos constitui-se de caráter individual podendo ser de natureza teórica e/ou teórico-prática (estágio curricular ou extracurricular, plano de negócios), desenvolvido no âmbito da pesquisa, extensão ou até mesmo em trabalho de revisão bibliográfica, associando a revisão de literatura com dados da realidade obtidos no campo de prática em pesquisa e/ou extensão.

2.9 Metodologias de funcionamento do curso

A realização dos projetos integrados, no Curso Tecnólogo em Agronegócio define como cenários de prática:

- a) Ambiente externo e interno da UEMA, em unidade conveniada e de acordo com a e diversas propriedades rurais da região.
- b) Laboratórios básicos, Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os projetos integradores devem ser entendidos como acompanhamento e assessoria dada ao aluno no decorrer dos períodos, por docentes (supervisor e preceptores de estágio), reconhecidos pela Coordenação do Curso, de forma a proporcionar aos alunos o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão em que se processa a vivência prática.

Com o objetivo de capacitar os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio para atuarem produtivamente no mercado de trabalho e na sociedade, foi organizada uma estrutura curricular com a preocupação de estabelecer inter-relação entre as disciplinas que são oferecidas com a prática profissional e o mundo do trabalho. Assim, neste item são definidas metodologias e técnicas que facilitem o processo de aprendizagem visando à formação adequada do egresso pretendido.

O desenvolvimento das unidades curriculares, no momento presencial em sala de aula, é direcionado pelo professor, que organiza e define o trabalho pedagógico, descrevendo em plano de ensino, aprovado pelo colegiado do curso e apresentado aos estudantes no início do período letivo. Dentre os procedimentos de ensino mais utilizados podemos citar as aulas expositivas, práticas em laboratório, estudos de caso, trabalhos em grupo e seminários. Os recursos de ensino priorizados são: computador, projetor multimídia e quadro branco. Visando a integração do conhecimento deve-se estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, por meio de projetos ou resolução de problemas.



Nessa perspectiva, a pesquisa deve ser importante instrumento das atividades de ensino nas diferentes unidades curriculares, propiciando a investigação e sistematização de conceitos, princípios, fundamentos teóricos para a solução de problemas práticos inerentes à área de formação/atuação do egresso. Além disso, as atividades de ensino devem primar ainda pela contextualização. Os conteúdos devem ser abordados numa perspectiva relacional entre unidades curriculares do mesmo semestre e de semestres anteriores, para que os estudantes percebam a evolução gradativa de seus estudos e compreendam a aplicação prática do que estão aprendendo. Convém que os conteúdos sejam abordados, ainda, numa perspectiva histórica da produção de conhecimento para que, os estudantes compreendam que aquilo que se sabe hoje, em relação ao assunto em estudo, é a evolução de descobertas e construções feitas no passado e, portanto, propicia novas construções futuras. Dessa forma, as unidades curriculares desenvolvidas propiciam a aquisição de conteúdos factuais, procedimentos e ferramentas tecnológicas que estão em plena evolução. A compreensão dessa dimensão histórica e não estática do conhecimento permitirá ao egresso do curso continuar aprendendo e se adaptando às novas tecnologias e conhecimentos inerentes a sua área de atuação.

Além dos projetos integradores destacam-se como metodologias ativas para intervir ao processo formativo dos alunos tais como: estudos de caso, oficinas, fóruns, visitas técnicas, seminários temáticos, laboratórios, palestras, jogos de empresas, aula expositiva dialogada, portfólio. A seguir, serão descritas para breve caracterização:

- Estudos de Caso: trata-se de uma técnica para análise e solução de situações reais e/ou hipotéticas, usada em sala de aula e nas atividades de campo para incentivar a discussão de ideias e trocas de experiências entre discentes e docentes. Os alunos poderão desenvolver estudos de caso ao longo do percurso formativo. Essa metodologia resultará na criação de um Banco de Estudos de Casos e de um Observatório do Agronegócio. Com isso, o profissional será capacitado a realizar análises qualitativas, identificando as ligações causais, descrevendo o contexto, fazendo avaliações descritivas, confrontando resultados de forma concreta, nas intervenções realizadas em empreendimentos agropecuários;
- Oficinas: espaço para desenvolvimento de atividades práticas, de pesquisa, da organização do trabalho, aprofundamento e ampliação do processo de formação do aluno. Poderão envolver ou incluir temáticas articuladoras ou complementares;



- Seminários Temáticos: encontros onde os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem apresentem e discutam, cientificamente, investigações, diagnósticos, intervenções ou experimentos realizados sobre um determinado tema previamente definido, de forma que todos os participantes possam vir, de alguma forma, a contribuir;
 - Fóruns: encontros nos quais sujeitos envolvidos no processo, corpo docente e discente, egressos e profissionais, apresentam e discutem experiências de práticas profissionais;
 - Visitas técnicas: visitas de estudo às instituições, como estratégia de integração entre teoria e prática;
 - Jogos de Empresas: simulações de casos e utilização de software;
 - Palestras: otimização para os alunos de oportunidades oriundas de eventos e da capacidade do corpo técnico do Sistema SENAR/CNA/ICNA e outros palestrantes;
 - Laboratório em Agronegócio: consiste na imersão de alunos, por meio de ações de investigação e intervenção, articulando ensino, pesquisa e extensão. Essas ações são constituídas a partir das demandas dos campos de atuação, planos, programas e projetos governamentais, empresariais e da sociedade civil, em formato de parcerias. São viabilizadas a partir de planos de formação e trabalho, discutidos e definidos conjuntamente entre as instituições envolvidas, gestores, corpo docente e discente. Propõe-se que o laboratório em agronegócios constitua-se em um processo continuado de formação e, ao mesmo tempo, em espaço exemplar de viabilização da articulação teoria prática e estudo profissional e acadêmico, potencializando, com isso, o reconhecimento da formação profissional e ampliando o mercado de trabalho para os profissionais egressos da região.
 - Aula Expositiva Dialogada: exposição de conteúdos com a participação ativa dos alunos.
 - Portfólio: identificação e registro das produções, desafios e dificuldades significativos, constituindo um referencial do conjunto dos trabalhos de cada aluno.



2. 10 Avaliação

2.10.1 Avaliação do ensino-aprendizagem

No que se refere à avaliação do aluno, atualmente, segue-se as determinações das Normas Gerais do Ensino de Graduação, através da frequência e aproveitamento. São aplicadas três avaliações, sendo os resultados expressos em notas de zero a dez, admitindo-se 0,5 (meio ponto), devendo a média final ser expressa com, no máximo, uma casa decimal.

As avaliações de aprendizagem adotadas pelos professores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do CESP/UEMA são diversificadas, envolvendo: avaliação individuais, seminários, trabalhos individuais e em grupos, pesquisas, resenhas, artigos acadêmico-científicos, fóruns, oficinas, relatos de visitas técnicas, dentre outras.

É considerado aprovado por média, em cada disciplina, o aluno cuja média aritmética das três notas correspondentes às avaliações, for igual ou superior a sete e que alcançar a frequência igual ou superior a 75%. O aluno que obtiver média de aproveitamento igual ou superior a cinco e inferior a sete e que tenha comparecido, no mínimo, a 75% das atividades acadêmicas, será submetido à avaliação final que envolverá todo o programa da disciplina, realizada após o encerramento do período letivo, como prevista nas Normas Gerais do Ensino de Graduação, aprovadas pela Resolução 1045/2012-CEPE/UEMA.

Nas Normas Gerais do Ensino de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão, aprovadas pela Resolução n° 1045/2012 - CEPE/UEMA, de 19 de dezembro de 2012, inscreve-se um capítulo que trata especificamente do TCC: **“Capítulo VI: DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC”**.

Art. 88. A elaboração de um trabalho científico, observadas as exigências das Normas Técnicas Internacionais, denominado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para efeito de registro no histórico acadêmico, é condição indispensável para a conclusão de curso de graduação.

Art. 89. O TCC será de autoria de acadêmicos e poderá constituir-se de:

I – (...)

II – Proposta tecnológica, com base em projeto de pesquisa científica;

III – Projeto metodológico integrado;



IV – (...)

V – (...) produção de novas tecnologias para cultura agrícola;

VI – (...) produção de programas de computação de alta resolução;

VII – Produção de trabalho monográfico;

VIII – produção e defesa de relatório de estágio que demonstre a cientificidade

da relação teoria e prática desenvolvida no currículo, igualmente na produção do relatório da monitoria.

2.10.2 Avaliação institucional

A autoavaliação da UEMA constitui-se em uma experiência social significativa, orientada para a formação de valores e potencialização do desenvolvimento humano e institucional, pautada nos seguintes princípios:

a) Ética: a autoavaliação bem como todas as suas ações decorrentes deverá se pautar no respeito aos direitos humanos, na transparência dos atos e na lisura das informações, buscando permanentemente soluções para os problemas evidenciados. Portanto, deve fazer parte do cotidiano de todo processo avaliativo, construindo sua materialidade histórica e cultural, numa realidade concreta, pela intervenção de sujeitos sociais preocupados em defender um projeto de sociedade permeado por valores democráticos e de justiça social;

b) Flexibilidade: a autoavaliação deve ser aberta, de fácil compreensão dos seus procedimentos e resultados, além do respeito às características próprias de cada segmento. Fica assegurada no processo avaliativo a observância aos ajustes sempre que necessários às peculiaridades regionais e adaptabilidade ao processo de avaliação institucional. Assim, a autoavaliação propiciará oportunidades para aprender, criar, recriar, descobrir e articular conhecimentos, ou seja, criar perspectivas para educar e adaptar-se a uma realidade plural, contraditória e em constante processo de mutação;

c) Participação: o processo de autoavaliação deverá contar com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as suas etapas, abalizada no respeito aos sujeitos, considerando suas vivências e o seu papel no contexto da instituição. Constitui-se em um exercício democrático, com abertura de espaços para o diálogo com os diferentes interlocutores, assegurando a sua inserção desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos seus resultados;



d) Excelência: o compromisso da UEMA com a qualidade das suas ações, processos e produtos, se estende, também à autoavaliação e aos seus resultados. Partindo da compreensão da avaliação como um processo sistêmico, a autoavaliação tem o propósito de entender o contexto institucional como um todo, buscando investigar a realidade concreta nos seus aspectos internos e externos, mediante coleta e interpretação de comportamentos sociais, garantindo que os seus resultados venham contribuir para a eficiência e eficácia dos serviços disponibilizados à comunidade;

e) Inovação: a autoavaliação deverá incentivar formas de enfrentamento de problemas que resultem em soluções criativas compatíveis com a realidade da instituição. As tecnologias de informação e comunicação estão sendo gradativamente incorporadas às práticas pedagógicas da UEMA, buscando a promoção de um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias. Dessa forma, metodologias mais interativas devem ser estimuladas e difundidas no seio da autoavaliação para provocar a quebra de estilos ortodoxos ou de acomodação;

f) Impessoalidade: a autoavaliação não deverá tomar como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer da UEMA em função dos seus objetivos desejados;

Objetivos

Geral

Desenvolver o processo de autoavaliação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA com foco no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, em conformidade com as dimensões da avaliação institucional, na perspectiva de subsidiar os realinhamentos necessários às diretrizes propostas pelas políticas institucionais e a consecução dos objetivos que lhe são próprios como universidade.

Específicos

a) Sistematizar as informações advindas do processo de autoavaliação, socializando-as com toda comunidade acadêmica e a sociedade;

b) Identificar nos ambientes internos e externos, fatores positivos e negativos que possam interferir na qualidade dos serviços prestados pelos vários segmentos da Instituição;



c) Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;

d) Propor mudanças, objetivando a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária;

e) Possibilitar a organização, catalogação e divulgação (interna e externa) da Instituição com vistas à identificação das áreas e da forma que estão sendo atendidas às demandas sociais;

f) Integrar as diversas iniciativas de avaliação existentes na IES no intuito de gerar informações válidas e confiáveis perante a coleta, análise e interpretação dos resultados; g) Sensibilizar a comunidade acadêmica da necessidade e importância de se estabelecer um processo contínuo de avaliação na IES;

h) Subsidiar, com os resultados da autoavaliação, os processos de credenciamento da IES e de regulação dos cursos e programas oferecidos.

A abrangência dos objetivos propostos requer o desenvolvimento de um trabalho que integre os benefícios das informações quantitativas e qualitativas, garantindo-se a otimização dos resultados obtidos. Deste modo, a autoavaliação em seu sentido amplo deve ser assumida como instrumento de compreensão, análise, reflexão e debate, em torno da Instituição, tendo em vista tomar decisões que suscitem o seu crescimento e aprimoramento, enquanto promotora do desenvolvimento da sociedade na qual se insere.

O Projeto de autoavaliação - 2016/2020 da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA apresentou os caminhos para a continuidade das ações avaliativas institucionais, pretendendo expandi-las e consolidá-las em observância as diretrizes emanadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão - CEE, respeitada as peculiaridades institucionais e ao mesmo tempo se constituirá numa experiência de aprendizagem para toda a comunidade acadêmica.

O processo de autoavaliação a ser desencadeado pela Universidade Estadual do Maranhão se constituirá numa experiência de aprendizagem para toda a comunidade acadêmica. No percurso da realização do processo exige-se o estabelecimento das condições relacionadas abaixo, consideradas prerrogativas fundamentais:

a) Comissão Própria de Avaliação - CPA/UEMA com autonomia e condições para planejar, coordenar e executar as atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando



a comunidade, assessorando os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadoras;

b) Compromisso da Administração Superior (Reitoria, Pró-Reitorias, Centro de Estudos, Diretores de Cursos, Chefes de Departamentos) em adotar a avaliação como instrumento de decisão dentro do seu planejamento estratégico. Os diversos Campi/Centros que compõem a estrutura da Instituição devem assentar as suas atividades baseadas nas informações levantadas através da autoavaliação; e

c) Comunidade acadêmica. Faz-se necessário para o alcance do sucesso a arregimentação de todos os atores para a responsabilidade e comprometimento para com a efetividade e o prosseguimento do processo avaliativo. O caráter formativo da autoavaliação deve possibilitar o aperfeiçoamento tanto pessoal dos membros da comunidade acadêmica quanto institucional, pelo fato de fazer com que todos os envolvidos se coloquem em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

A autoavaliação abrangerá situações internas e externas. No campo da avaliação interna contemplará gestores, servidores docentes, servidores técnico-administrativos e discentes. No que diz respeito a avaliação externa deverá contemplar os egressos, eméritos, parceiros, pais de alunos, colaboradores e a sociedade como um todo.

O processo de autoavaliação inicia-se com o estudo do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UEMA 2016/2020 e das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa da universidade, que constituirão parâmetros para as análises avaliativas. É necessário conhecer previamente os objetivos da instituição, sua missão, seus fundamentos pedagógicos, suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoal e outras, definidas nos documentos institucionais que serão analisados.

Para contemplar a participação efetiva de todos os campi/centros, o processo de autoavaliação será realizado pelas Comissões Setoriais de Avaliação dos Centros de Estudos - CSA/CENTRO/UEMA. As comissões Setoriais de Avaliação dos Centros têm a atribuição de desenvolver o processo avaliativo junto ao Centro, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade, respeitadas as orientações da Comissão Própria de Avaliação CPA/UEMA.

As Comissões Setoriais de Avaliação dos Centros funcionarão como prolongamento da CPA/UEMA e devem criar estratégias adequadas à realidade local, no sentido de possibilitar a



participação dos gestores, servidores docentes, servidores técnico-administrativos e de representantes da sociedade em todas as etapas da avaliação.

3 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1 Gestão acadêmica do curso

Atua como gestor do Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra – CESBAC o Professor Doutor Joel Manoel Alves Filho, assistido pela Assistente de Centro Joelma Alessandra Vilar Alves e pela Secretária de Centro Larissa Maria Ramos dos Reis Resplandes.

Conforme o Regimento dos Centros de Ciências e de Estudos Superiores que integram a Universidade Estadual do Maranhão, a gestão acadêmica dos cursos superiores, neste caso o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, dá-se por meio Direção do Curso. Este representa a menor fração da estrutura universitária que visa a organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal.

Assim como todos os outros departamentos, a Direção do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio goza de autonomia administrativa, acadêmica e científica e congregam docentes com objetivos comuns de pesquisa, extensão e áreas específicas de conhecimento.

Dentre as muitas atribuições do cargo de Diretor do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio podem-se destacar:

- Dirigir, supervisionar e controlar os trabalhos sob sua direção e chefia;
- Fornecer dados para elaboração da programação orçamentária;
- Elaborar relatórios de suas atividades;
- Representar a unidade na qual atua, por delegação, em assuntos ligados à sua área de competência;
- Administrar o departamento de Letras;
- Designar professores de seu departamento para compor bancas, a exemplo do Trabalho de Conclusão de Curso;



- Efetuar matrícula institucional e curricular, conforme calendário acadêmico;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- Examinar prazo de integralização curricular do aluno;
- Realizar reuniões de alunos para discussão de seus interesses

67

3.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, é regido pela Resolução Nº 01 de 17 de junho de 2010 do CONAES e pela Resolução Nº 826/2012 – CONSUN/UEMA, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE será constituído pelo(a) Diretor(a) do Curso, como seu presidente e por no mínimo mais 05 (cinco) docentes que ministram disciplinas no curso, sendo o limite máximo definido pelo Colegiado do Curso.

3.3 Colegiado de curso

O Colegiado é um Órgão Deliberativo e Consultivo do Curso, conforme o que determina o Art. 49 e seus segmentos do Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão, seção V,



reproduzido ainda, no Art. 20 e seus segmentos, do Regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos da Universidade Estadual do Maranhão:

Art. 49 - Os Colegiados de Curso são órgãos deliberativos e consultivos dos Cursos e terão a seguinte composição: I - o Diretor de Curso como seu Presidente; II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III- um representante do corpo discente por habilitação.

Art. 20 - Os Colegiados de Curso terão a seguinte composição: I - o diretor de Curso como seu presidente; II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III - um representante do corpo discente por habilitação.

3.4 Corpo docente

Será necessário realização de concurso público para provimento de cargos da carreira do magistério superior. Para atender a demanda, deverá ser efetivado também, em caráter emergencial e provisório, contratação de professor substituto, cerca de 6 (seis) professores.

3.5 Corpo técnico-administrativo

Para auxiliar nas atividades acadêmicas e administrativas do curso, direção deverá contar com o apoio de um (a) secretário (a).



4 DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

4.1 Infraestrutura física existente para desenvolvimento das atividades pedagógicas

O Curso dispõe da seguinte infraestrutura e equipamentos:

ORD.	INFRAESTRUTURA DO CURSO	QTD.
01	Salas de aula	05
02	Sala dos professores	01
03	Banheiros para alunos individualizados	02
04	Cantina	01
05	Biblioteca Geral	01
06	Laboratório de Informática	01
07	Sala Direção de Centro	01
08	Sala Direção de Curso	01
09	Espaço para eventos	01
10	Sala de Administração	01

ORD.	EQUIPAMENTOS DO CURSO	QTD.
01	Impressoras	03
02	Data show	01
03	Computadores	17
04	Caixa de som	02

4.2 Acervo bibliográfico

A infraestrutura da UEMA está organizada para atender às atividades da gestão educacional, dos serviços administrativos e do desenvolvimento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação. Os espaços pedagógicos atendem às demandas da formação profissional proposta para os cursos tecnólogos. Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a Instituição dispõe, nos *campi*, salas de aula, auditório, laboratórios de informática com equipamentos de multimídia, conectados à internet, e biblioteca. Além disso, há disponível, no *site* da UEMA, o acervo da **Biblioteca Virtual Universitária Pearson**.



O acervo bibliográfico destinado ao Curso Superior de Tecnologia da Gestão do Agronegócio do CESPd deverá ser adquirido em conformidade com a indicação das referências básicas indicadas no ementário das disciplinas do currículo do curso. Os títulos deverão ser adquiridos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 239/2008. Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf>. Acesso em 19/12/2013.

_____. **Decreto nº 5.154/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. **Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília/DF: 1996.

_____. **Parecer CNE/CP nº 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.** Brasília/DF: 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 03/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Brasília/DF: 2002.

_____. **INSTRUÇÃO DE SERVIÇO PROEN Nº 002 de 05 de julho de 2013. Trata do Regime Especial de Dependência dos Cursos de Graduação do IFMS.** Disponível em: . . . Acesso em: 22 jun. 2018



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



_____. Regulamento do Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCC). Disponível em < http://www.ifms.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Regulamento_TCCIFMS.pdf />. Acesso em: 22 jun. 2018

_____. Regulamento Disciplinar Discente. Disponível em . Acesso em 13/08/2013. PARECER CNE/CES 436/2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em . . Acesso em: 22 jun. 2018

PARECER CNE/CES 436/2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018

RESOLUÇÃO Nº 1045/2012 – CEPE/UEMA. Normas Gerais do Ensino de Graduação da UEMA. Disponível em: <http://www.uema.br/imagens-noticias/files/Normas-Gerais-do-Ensino-de-Graduacao.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

RESOLUÇÃO CONAES Nº 01, DE 17 DE JUNHO DE 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2018.

RESOLUÇÃO Nº 826/2012 — CONSUN/UEMA. Cria e regulamenta o Núcleo Docente Estruturante — NDE no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão — UEMA. Disponível em: http://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2017/10/CONSUN_826-2012.pdf > Acesso em: 22 jun. 2018.

Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007